

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**SOCIEDADE CIVIL E MERCOSUL: O Papel Contraditório das Organizações Não
Governamentais**

EGLÊ ÂNGELA RONSONI

FLORIANÓPOLIS
2009

EGLÊ ÂNGELA RONSONI

SOCIEDADE CIVIL E MERCOSUL: O Papel Contraditório das Organizações Não Governamentais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Ivete Simionatto.

FLORIANÓPOLIS

2009

EGLÊ ÂNGELA RONSONI

SOCIEDADE CIVIL E MERCOSUL: O Papel Contraditório das ONG's

Este trabalho de Conclusão de Curso foi submetido ao processo de avaliação pela banca examinadora para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social, e, aprovado atendendo às normas da legislação vigente na Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA

Dr^a Ivete Simionatto, Professora do Departamento de Serviço Social
Presidente

Ms. Queli Flach Anschau, Professora do Departamento de Serviço Social
1^a Examinadora

Ms. Valter Martins, Professor do Departamento de Serviço Social
2^a Examinador

Florianópolis, 06 de março de 2009.

Dedico este trabalho à minha família –
meu pai Cláudio e minha mãe Maria Helena -
pelo apoio incondicional, sem vocês jamais chegaria.
Aos meus queridos irmãos Claudinho e Guima,
que tornaram as coisas mais leves e lúdicas.
E ao meu namorado e companheiro Rafael, que está
sempre perto, seja me amparando,
seja comemorando comigo.

AGRADECIMENTOS

Nesse momento, todos os sentimentos e desejos se misturam. A vontade era lembrar de tudo e de todos, agradecer-los de maneira muito carinhosa por terem feito parte da minha caminhada e salientar que todos vocês, pessoas especiais, estão comigo comemorando essa chegada, que não seria possível sem esse apoio, sem essa mobilização, sem esse desejo de vencer e nem mesmo sem essa torcida.

Agradecer em especial ao meu namorado Rafael, que com sua visão crítica me mostrou que “errado é aquele que fala correto e não vive o que diz”. Agradecer pelo alento e conforto das palavras (às vezes duras) que me incentivaram a continuar. Palavras e verdades que fizeram e fazem da nossa relação um eterno aprendizado. Muito Grata pelo “conjunto que formamos” e por reascender a chama de coisas que outrora eu acreditava e que já havia deixado de acreditar.

Agradecer a minha família, base estrutural de minhas escolhas. Agradecer ao meu pai e amigo Cláudio, que me ensinou a diferença, a sutil diferença, entre conhecimento e sabedoria. A Maria Helena, minha mãe, companheira, que me mostrou através do exemplo (e que exemplo) que realmente podemos alcançar objetivos quando há sólida vontade, e que por mais que o pensamento crítico nos faça sofrer ele nos liberta.

Ao meu irmão Guilherme (Guima) que com sua visão realista me ensinou que na vida é preciso mais do que vontade, é preciso dedicação. Ao meu irmão Cláudio (Claudinho) pelas escutas incansáveis de meus desabafos indignados, e pelas palavras de conforto.

A minha querida Nona (em memória) que me ensinou na prática o Serviço Social.

Aos meus amigos, ah! Os meus amigos... Na impossibilidade de nomear todos que contribuíram para essa vitória, fica minha lembrança especial, as queridas amigas Ania, Talita e Larissa, que tornaram esse caminho menos pesado, quando compartilhávamos as nossas experiências em nossos encontros. A querida e eterna amiga Karine que mesmo longe estamos juntas. Agradecer em especial à amiga Ilana, que com sua visão crítica me apoiou de forma incansável nesse percurso.

Aos membros da banca, Prof^ª Queli Flach Anschau e Valter Martins, pelo aceite do convite. A diligente orientadora Prof^ª. Ivete Simionatto, pela oportunidade

de aprendizado conjunto; e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por ter viabilizado minha participação no Núcleo de Estudos e Pesquisa Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social (NESPP) como Bolsista de Iniciação Científica.

“A chuva que irriga os centros de poder imperialista
afoga os vastos subúrbios do sistema. Do mesmo modo,
e simetricamente, o bem-estar de nossas classes dominantes –
dominantes para dentro, dominadas para fora –
é a maldição de nossas multidões,
condenadas a uma vida de bestas de carga”.

Eduardo Galeno

RESUMO

O presente trabalho de Conclusão de Curso tem como objeto de estudo a participação da sociedade civil no âmbito da integração regional, em específico das ONG's que compõem o Programa Mercosul Social Solidário (PMSS). Sob essa perspectiva, centrou-se no estudo das propostas das dezoito organizações que integram o PMSS. A opção por esta amostra justifica-se pela relevância destas iniciativas no que diz respeito à ampliação da participação dos segmentos que representam os movimentos sociais e de base, dando destaque para as ONG's. A pesquisa foi realizada com base no levantamento das propostas e objetivos de tais organizações. A pesquisa possui como objetivos: Identificar a proposta do Programa Mercosul Social e Solidário no processo de integração do Mercosul; traçar o perfil das organizações que fazem parte do Programa Mercosul Social Solidário; identificar as modalidades de ação dessas organizações, objetivos e temas; analisar o enfoque de tais ações nos âmbitos local, nacional e regional. A proposta metodológica desse trabalho buscou pautar-se na perspectiva crítico-dialética e consiste num estudo exploratório e qualitativo, realizado com base no levantamento documental e dos materiais disponíveis em *web-sites* fornecidos pelas organizações que compõem o estudo, podendo indicar os seguintes documentos: a) documentos oficiais do Mercosul (tratados, declarações, decisões, relatórios, entre outros); b) documentos produzidos pela sociedade civil (boletins, periódicos, artigos, notas, relatórios dos eventos convocados e organizados pelos Programas, entre outros) c) as informações das ONG's que compõem o PMSS. Os resultados apontam que os principais temas abordados pelas organizações se referem à: integração regional: um desafio e um projeto social em construção; Igualdade de direitos entre mulheres e homens; as Políticas Públicas; reforma Agrária integral, soberania alimentar e energética; e ao trabalho e Economia Solidária. Verificou-se que muitas das organizações da sociedade civil integrantes do PMSS analisadas no presente trabalho têm se posicionado contra as premissas ideopolíticas do neoliberalismo e defendido a possibilidade de construir um projeto de integração regional com ampla participação da sociedade civil. Porém, apresentam limitações que mostram a necessidade de fortalecimento da "democracia participativa" no interior do processo de integração mediante a ampliação dos fóruns de decisão política e da inclusão de novos sujeitos sociais nestes espaços. Por fim, foram destacadas algumas iniciativas que vêm sendo desenvolvidas pela sociedade civil, especificamente das ONG's, para ampliar a participação dos segmentos do campo democrático popular com vistas ao aprofundamento da dimensão social no Mercosul, mas que a movimentação das organizações da sociedade civil em análise aponta para a necessidade de ampliação dos processos democráticos, tanto no espaço nacional quanto supranacional, tendo em vista a viabilização da construção de um processo de integração para além da esfera econômica.

Palavras-chave: sociedade civil, ONG's, participação democrática, Mercosul – PMSS.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Associações e Federações de ONG's da América Latina	36
Quadro 2. Centrais Sindicais do Cone Sul	39
Quadro 3. Países que compõem o PMSS e as respectivas ONG's.....	42
Quadro 4. Perfil das ONG's integrantes do PMSS.....	47
Quadro 5. Âmbito de atuação das ONG's.....	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Perfil das ONG's nas áreas de Atuação.....	59
Gráfico 2. Categorias abordadas nos objetivos e programas das ONG's.....	62
Gráfico 3. Linhas de atuação das ONG's do PMSS.....	68
Gráfico 4. Âmbito de atuação das ONG's.....	74

LISTA DE SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não governamentais

ALOP – Associação Latino Americana de Organização de Promoção

ANONG – Associação de Organizações Não Governamentais (Uruguai)

CCFD – Comitê Católico contra a Fome e a favor do Desenvolvimento

CCSCS – Coordenadoria de Centrais Sindicais do Cone Sul

CMC – Conselho Mercado Comum

GMC – Grupo Mercado Comum

FCES – Fórum Consultivo Econômico e Social

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

ONG – Organização Não Governamental

ONGD – Organização Não Governamental de Desenvolvimento

PMSS – Programa Mercosul Social e Solidário

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: OS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS NO DEBATE CONTEMPORÂNEO	16
1.1 As principais tendências do debate sobre a sociedade civil.....	19
1.1.1 SOCIEDADE CIVIL LIBERAL OU NEOLIBERAL.....	19
1.1.2 SOCIEDADE CIVIL SOCIAL OU GLOBAL	22
1.1.3 SOCIEDADE CIVIL DEMOCRÁTICO-RADICAL.....	24
2 SOCIEDADE CIVIL E MERCOSUL.....	27
2.1 A participação democrática na América Latina – apontamentos para o debate	27
2.1.1 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E A AMÉRICA LATINA	33
2.2 A Participação da Sociedade Civil no Processo de Integração Regional do Mercosul.....	37
3 O PROGRAMA MERCOSUL SOCIAL SOLIDÁRIO (PMSS).....	42
3.1 Principais Encontros Promovidos pelo PMSS.....	44
3.2 Perfil das ONG's integrantes do PMSS	46
3.2.1 PRINCIPAIS QUESTÕES EM DEBATE	59
3.2.1.1 Formação política e práticas democrático-participativas	60
3.2.1.2 A defesa dos Direitos Humanos e Sociais	63
3.2.1.3 Reforma agrária e movimentos campestinos	65
3.2.1.4 Apoio a políticas sociais específicas.....	67
3.2.1.5 Relação com o Estado e com outros Sujeitos Políticos	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS.....	80

INTRODUÇÃO

O tema abordado no Trabalho de Conclusão de Curso, Sociedade Civil e Mercosul: o papel Contraditório das ONG's, é fruto de um recorte do Projeto intitulado: "Sociedade Civil, classes subalternas e construção democrática – cenários e desafios para o Serviço Social no âmbito do Mercosul", coordenado pela Profª Drª Ivete Simionatto. Integra a linha de pesquisa Estado, sociedade civil e seguridade social do Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social (NESPP)¹. Tal projeto tem como proposta o estudo das configurações da participação da sociedade civil na construção da agenda social do Mercosul.

As formas de participação da sociedade civil na discussão dos temas sociais têm ganhado densidade no âmbito do Mercosul, especialmente na última década, através de diferentes organizações como sindicatos e organizações empresariais. No entanto, nos últimos anos, com o crescimento da pressão da sociedade civil, outros setores também tem se manifestado, especialmente as ONG's, as quais têm intensificado suas ações e pressão para que o Mercosul avance no debate de temas sociais de interesse das classes subalternas. Essas discussões buscam criar uma cultura distanciada da visão econômica e comercial que fundamenta o Mercosul desde a sua implantação.

Destacam-se neste processo o Programa Somos Mercosul e o Programa Mercosul Social e Solidário (PMSS). Ambos reúnem uma ampla diversidade de movimentos e organizações sociais do campo democrático-popular (movimentos de base, ONG's, cooperativas, organizações de gênero, juventude, meio ambiente, direitos humanos, entre outras). A idéia presente no debate desses sujeitos políticos é a construção de uma integração regional "desde baixo", ou seja, respaldada no protagonismo político da sociedade civil organizada, com vistas a um modelo de integração "alternativo" que logre benefícios a toda população da América Latina.

¹ O Núcleo de Estudos e Pesquisa Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social (NESPP) vincula-se ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (DSS/UFSC) e está cadastrado junto ao CNPq desde março de 1996.

O Programa Somos Mercosul é uma iniciativa pública que se caracteriza por “um programa de ações sociais, políticas e culturais, constituído por meio da iniciativa entre os governos e a sociedade civil organizada dos países-membros do Mercosul” (Somos Mercosul, 2008).

O PMSS é uma “Plataforma de Ação integrada por 18 organizações não governamentais da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai que busca incorporar a dimensão social no processo de integração regional” (Programa Mercosul Social Solidário, 2008).

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objeto de estudo a participação da sociedade civil no âmbito da integração regional, em específico das ONG's que compõem o PMSS, além dos objetivos de:

1. Identificar a proposta do Programa Mercosul Social e Solidário no processo de integração do Mercosul;
2. Traçar o perfil das organizações que fazem parte do Programa Mercosul Social Solidário;
3. Identificar as modalidades de ação dessas organizações, bem como seus objetivos e seus principais temas;
4. Analisar o enfoque de tais ações nos âmbitos local, nacional e regional.

Decorre de tais objetivos a seguinte questão de pesquisa: qual a contribuição das ONG's que integram o PMSS no debate da agenda social do Mercosul?

A proposta metodológica desse trabalho buscou pautar-se na perspectiva crítico-dialética. Mesmo como tentativa, buscou-se apreender a realidade estudada a partir das suas contradições e das mediações necessárias ao desvendamento do objeto. Vale ressaltar que nos limites de um trabalho de conclusão de curso, esse processo é importante no sentido direcionar a análise a partir de uma perspectiva crítica.

O trabalho se caracteriza como uma abordagem de caráter exploratório, com levantamento documental e dos materiais disponíveis em *web-sites* fornecidos pelas organizações que compõem o estudo, compreendendo os seguintes documentos:

- documentos oficiais do MERCOSUL: tratados, declarações, decisões, relatórios e outros documentos resultantes dos órgãos oficiais que o compõem;
- documentos produzidos pela sociedade civil: boletins, periódicos, artigos, notas e outros documentos veiculados nos sítios eletrônicos do Programa Somos Mercosul, Programa Mercosul Social e Solidário.

- documentos que divulgam as características e trabalhos desenvolvidos pelas organizações que integram o Programa Mercosul Social Solidário.

Os procedimentos metodológicos correspondem aos seguintes momentos de investigação:

- 1° Levantamento dos documentos e materiais do PMSS;
- 2° Sistematização das organizações da sociedade civil que integram o PMSS;
- 3° Mapeamento das Propostas através de quadro-síntese;
- 4° Aglutinação das propostas em eixos temáticos.

Entende-se que o estudo de tal assunto torna-se pertinente e relevante tanto para o Serviço Social como para áreas afins, pois coloca em discussão temas que confluem com o projeto ético-político-profissional no que concerne à defesa da ampliação da democracia e dos espaços participativos.

O trabalho está organizado em três seções: a primeira seção trata da sociedade civil e da participação democrática e os seus significados no debate contemporâneo. Abordam-se as principais tendências do debate sobre a sociedade civil: sociedade civil liberal ou neoliberal; sociedade social ou global e sociedade civil democrático-radical.

Na segunda seção, é abordado o processo de participação democrática na América Latina e nos países do Cone sul; as Organizações Não Governamentais e a América Latina e a participação da sociedade civil no processo de integração regional do Mercosul.

Por último, na terceira seção, a atenção volta-se especificamente para o PMSS, apresentando-se em quadro-síntese as ações e projetos desenvolvidos pelas ONG's integrantes do programa, seguida pela análise das principais questões abordadas pelas organizações, dando destaque para a observação participativa da sociedade civil.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais seguidas das referências utilizadas no trabalho.

1 SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: OS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS NO DEBATE CONTEMPORÂNEO

O debate e a produção teórica sobre a categoria “sociedade civil” sempre estiveram presentes em diversas áreas do conhecimento. Do liberalismo clássico às vertentes marxistas e ao neoliberalismo, essa questão vem sendo discutida por diversos autores e sob distintas perspectivas, especialmente nas últimas décadas. Uma grande diversidade de termos é empregada na intenção de redefinir esse conceito e várias relações são estabelecidas com o Estado, ora de aproximação com ele, ora lhe fazendo oposição.

Embora sociedade civil, enquanto categoria analítica, não seja um conceito recente, apresenta novos contornos a partir das últimas décadas do século XX, sobretudo no contexto dos processos de redemocratização do Leste Europeu e da América Latina. Assim, no decorrer desta seção, o presente trabalho ocupou-se da apresentação de algumas abordagens da categoria em questão, levando em conta a realidade contemporânea, bem como a maneira como o conceito tem sido utilizado e analisado atualmente.

Em sua gênese, o termo surge como a tradução para o latim do conceito aristotélico de *komonía politike*, a partir do qual a sociedade civil correspondia a uma “comunidade pública ético-política” de iguais (COSTA, 2002, *apud* EVANGELISTA 2006, p. 27). Ao longo da história, o conceito ganhou diferentes definições a partir dos trabalhos de vários autores e esteve ativamente presente na teoria política do final do século XVIII até meados do século XIX com a elaboração de pensadores como Hobbes, Locke, Rousseau, Ferguson, Smith, Kant, Hegel, Tocqueville e Marx entre outros. No século XX, no eixo marxista destacam-se com intensidade as contribuições de Gramsci no campo marxista e uma gama imensa de autores pós-marxistas com destaque para Habermas, Cohen e Arato.

Nas últimas décadas do século XX, o conceito ressurgiu no Leste Europeu, como crítica ao Estado totalitário e defesa radical da sociedade civil como uma importante esfera de busca e representação da ordem social e da democracia (KEANE, 1998 *apud* EVANGELISTA 2006, p. 32). Da mesma forma, em meados de 1980, o debate sobre a sociedade civil é retomado na América Latina, ligado

fortemente às ações de resistência contra as ditaduras a partir da emergência dos chamados “novos movimentos sociais”, especialmente nos anos 1980.

No debate teórico, as reflexões de Cohen e Arato (2000), bem como de Habermas (2000), proporcionam um deslocamento do significado do termo passando a ser entendido como ‘nova sociedade civil’, ou seja, uma esfera situada entre o Estado e o mercado.

Segundo Habermas (1987, *apud* DURIGUETO, 2005, p. 86), nas sociedades modernas ocorreu um processo de diferenciação das estruturas da racionalidade, dadas da seguinte forma: racionalidade instrumental, classificada como grupos que se preocupam apenas com o lucro (mercado) ou com a manutenção do poder político (administração pública) e racionalidade comunicativa (mundo da vida), que é entendida como fora do campo da racionalidade instrumental, reflete os reais anseios sociais através da contestação, da burocratização e da mercantilização. Aparece assim uma esfera pública de base autônoma, representante dos problemas sociais.

Na mesma perspectiva de Habermas sobre o conceito de sociedade civil, Cohen & Arato, segundo Durigueto (2005), acrescentam uma visão analítica no que se refere à importância e a potencialidade dos movimentos sociais contemporâneos diante desse panorama. Afirmam que os movimentos sociais devem interagir na esfera política (plano ofensivo) e manter as normas culturais, redefinir modos de interpretação, forma e conteúdo dos discursos de valores e de visão de mundo, solidificar identidades individuais e coletivas (plano defensivo), (COHEN & ARATO, 2000 *apud* DURIGUETO, 2005, p. 89).

Portanto, na ótica desses autores, a ação política da sociedade civil está relacionada aos movimentos que:

devem perseguir objetivos “ofensivos” e “defensivos”. Por meio de uma ofensiva, lançam temas de relevância para toda a sociedade [...] mobilizam bons argumentos, a fim [...] de exercer pressão no discurso e atores da sociedade política [...] (DURIGUETO, 2005, p. 87, grifos no original).

Dessa forma, a sociedade civil passa a expressar a esfera das associações voluntárias, dos espaços públicos dotados de autonomia e auto-organização em

relação ao mercado e ao Estado, de solidariedade social, do discurso e da ação comunitária. Tais organizações almejam à composição de uma esfera pública entre o mercado e o Estado. A composição de tal esfera é o que Habermas (2000, apud Duriguetto, 2005)) e seus seguidores definiram por sociedade civil.

Nessa mesma ótica, está situado o debate erguido no Brasil no final dos anos 1990 o qual subsidiou a reforma do Estado. A esfera pública não estatal de Habermas também está presente em Bresser Pereira na definição de “terceiro setor” ou “setor – não governamental”.

[...] o espaço público não-estatal é também o espaço da democracia participativa ou direta, ou seja, é relativo à participação cidadã nos assuntos públicos (BRESSER PEREIRA; GRAU, 119, p. 16, grifos no original).

No entanto, tal definição abordada por Bresser Pereira (1999), base do projeto de reforma do Estado, assume, segundo Teixeira (2003), uma diminuição do papel do Estado e transfere para o conjunto da sociedade civil tarefas que cabem ao âmbito estatal.

No Brasil, no período do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, o projeto de Reforma do Estado ganhou destaque. Com a intenção de enfatizar o desenvolvimento do processo de globalização, o ex-ministro da Administração e da Reforma do Estado - Luiz Carlos Bresser Pereira - apoiou a reconstrução do Estado diante da crise dos anos 1990, cuja percepção era de crise do modelo de gestão pública, com custos elevados e a redução da qualidade dos serviços prestados. A reforma segundo Teixeira (2003), redefine as funções do Estado “a fim de que ele reduza seu tamanho e seu contingente de pessoal, através de três programas: privatização, terceirização e publicização” (PEREIRA, 1997, apud TEIXEIRA, 2003, p. 85).

Para Pereira (1997, apud Teixeira 2003), a publicização assume uma definição certa de que as organizações não estatais assumem funções de prestação de serviços, o que torna os programas estipulados pelo governo passíveis de críticas pois

a esfera pública não pode ser confundida com a atividade estatal, Bresser ressalta a necessidade de que organizações da sociedade assumam as tarefas estatais, de que haja transferência dessas tarefas para o que ele denomina de campo político não-estatal (TEIXEIRA, 2003, p. 85).

Tanto a perspectiva de Bresser Pereira quanto a dos autores da chamada “nova sociedade civil” confluem para o mesmo propósito, muito embora tenham abordagens diferenciadas, pois podem ser situadas no debate neoliberal, ativista, internacional ou ainda na perspectiva da radicalidade democrática conforme veremos a seguir.

1.1 As principais tendências do debate sobre a sociedade civil

Para discutirmos as principais tendências partiremos da classificação proposta por Marco Aurélio Nogueira (2003) que situa três perspectivas analíticas que possibilitam compreender as diferentes expressões da sociedade civil na contemporaneidade. Além de Nogueira as contribuições de Mary Kaldor (2005) colocadas na mesma projeção também serão utilizadas na discussão do tema.

O esquema analítico de Nogueira (2003) tem por base três idéias de sociedade civil: sociedade civil liberal ou neoliberal, sociedade civil social ou global e a sociedade civil democrática radical.

1.1.1 SOCIEDADE CIVIL LIBERAL OU NEOLIBERAL

O termo sociedade civil e os seus diferentes conceitos sofrem influência e reflexos, como já mencionados anteriormente, de uma série de fatores especialmente provocados pelas transformações sociais e pelo atual contexto de globalização.

Nogueira (2003) aponta com a referente afirmação que o conceito de sociedade civil envolto no senso comum tornou-se impreciso principalmente a partir dos reflexos gerados pela globalização, sendo empregado tanto a uma projeção de

um Estado efetivamente democrático, como para se atacar todo e qualquer tipo de Estado.

O autor ainda levanta outros fatores que contribuíram ao conceito de sociedade civil liberal, quando argumenta que:

a crise da democracia representativa e as transformações registradas no plano da institucionalidade política [...] alteraram em profundidade toda a esfera do político, principalmente no protagonismo da televisão e na reformulação dos circuitos em que se modelam as consciências e a opinião dos cidadãos, transformam, portanto, o modo mesmo como se produz consenso, como se constroem hegemonias. Com isso, a política torna-se muito menos controlada pelos tradicionais operadores políticos – líderes ou partidos (NOGUEIRA, 2003, p. 218).

Nesse sentido, os meios políticos tradicionais perdem espaço ao sofrerem uma forte concorrência dos meios de comunicação na formação da consciência coletiva. Tal quadro torna-se ainda mais grave tendo em vista o enredamento dos Estados nacionais na teia da globalização, cuja fórmula seguiu com rigor o projeto neoliberal. Nesse cenário, formas mais politizadas de consciência são substituídas por representações econômico-corporativas, pela supervalorização do consumo e pelo individualismo exacerbado.

Na mesma linha, Kaldor (2005) afirma que “os neoliberais proclamaram sua vitória e começaram a ‘popularizar’ a expressão sociedade civil como algo próprio do ocidente, ou exclusivo dos Estados Unidos” (KALDOR, 2005, p. 22, tradução nossa). De acordo com essa afirmação, a sociedade civil surge a partir da sociedade associativa, um terceiro setor que não visa lucro e que baseia-se no voluntariado. Tal configuração não só limita o poder do Estado, como também proporciona uma substituição real, muitas vezes ineficaz, para muitas de suas funções.

Na ausência de um Estado Global, um bom número de ONG's [...] humanitárias proporcionam a rede de seguridade para ocupar-se das vítimas das estratégias de liberação e privatização no campo econômico. Supõe-se que o financiamento das ONG's que promovem a democracia e os direitos humanos ajuda de alguma forma a construir uma

sociedade de direito e respeito em direção aos direitos humanos (KALDOR, 2005, p. 22, tradução nossa).

Assim, as associações de voluntários e de beneficência desenvolvem funções no campo do bem-estar, as quais já não devem ser realizadas pelo Estado.

Nogueira (2003) corrobora com a idéia de Kaldor (2005) ao afirmar que um grande número de ONG's com a expansão do associativismo passa a ganhar um maior espaço na sociedade, mediante uma grande pluralidade de movimentos e

[...] tais movimentos e ações acabaram impulsionando a idéia de que teria finalmente surgido uma “terceira esfera”, e a ela seria transferida toda a potência da ação democrática mais ou menos radical, da luta por direitos e da plena constituição de uma autêntica esfera pública, quer dizer, uma esfera pública não integrada ao estatal (não-estatal) e assentada no livre associativismo dos cidadãos (NOGUEIRA, 2003, p. 219).

Em consonância com essa visão, Montaño (2002) fomenta a crítica ao Terceiro Setor como estratégia do capitalismo para sua reprodução, sendo que para isto “deve penetrar todos os aspectos da vida social, deve alienar todos os membros da sociedade em todos os espaços das suas vidas” (MONTAÑO, 2002, p. 266).

Portanto,

Nessa concepção de sociedade civil não há lugar para a questão da hegemonia [...] O Estado que corresponde a essa sociedade é o Estado mínimo, um Estado reduzido às funções de guarda de lei da segurança, mais liberal e representativo que democrático e participativo (NOGUEIRA, 2003, p. 224).

Dessa forma, a sociedade civil liberal “aparece como um espaço fora do Estado e contraposto a ele, a qual busca compatibilizar a lógica das burocracias públicas e do mercado com a lógica do associativismo sociocultural” (NOGUEIRA 2003, p. 224). Nela, a luta social ocorre em termos competitivos e radicalmente privados, com pouca (ou nenhuma) interferência do Estado. Situam-se aqui a grande maioria das organizações do terceiro setor, especialmente ONG's privatistas.

1.1.2 SOCIEDADE CIVIL SOCIAL OU GLOBAL

A segunda idéia de sociedade civil discutida por Nogueira (2003), intitulada sociedade civil social, associa-se à mesma perspectiva do conceito de sociedade civil global configurado por Kaldor (2005).

Kaldor (2005), como já citado anteriormente, afirma que a concepção de sociedade civil é correspondente ao período do pós-Guerra Fria, quando surgem os debates sobre a sociedade civil global. Por esta razão, está situada no contexto de intensificação de interações sociais, culturais, econômicas e políticas, genericamente chamado de globalização (SANTOS, 2002).

Cabe destacar os paradoxos e contradições que perpassam o processo da globalização, suas dinâmicas, bem como os seus efeitos. Concomitantemente ao fortalecimento de espaços de discussão de valores éticos universais (maior atenção da opinião pública mundial para temas como direitos humanos, justiça social, meio ambiente) e de movimentos globais (aparecimento de uma sociedade civil global), é perceptível também a emergência da desigualdade social (Amin 2001; Borón 2001).

A forma como tais processos repercutem nas regiões, povos e nações também é distinta e desigual. O cenário remete a idéia de que o processo de globalização junto com o desenvolvimento do capitalismo permitiu que as sociedades se tornassem mais diversificadas, individualizadas e mercantilizadas, (NOGUEIRA, 2003, p. 217).

A globalização e as transformações sociais dela decorrentes também possibilitaram o surgimento de “novos sujeitos sociais” (NOGUEIRA, 2003). Nesse sentido, o que outrora era agrupado pela perspectiva de classe operária (unificação social), atualmente, em função das mudanças operadas nesse processo, tal identificação sofre dificuldades, afastando-se da idéia de que o coletivo forma uma unidade.

Em nome do conceito de sociedade civil, o neoliberalismo tem sido combatido, buscando-se delinear uma estratégia em favor de uma globalização alternativa. Mas também, através de tal artifício conceitual se faz loas à atual fase histórica, a fim de minimizar os efeitos das políticas neoliberais (NOGUEIRA, 2003, p. 216). Portanto,

o apelo a essa figura conceitual serve tanto para conceituar e imaginar a autonomia dos cidadãos, quanto para viabilizar programas de ajuste fiscal e desestatização, nos quais se convoca a sociedade civil para compartilhar encargos até então eminentemente estatais. (NOGUEIRA, 2003, p. 216).

Conforme o autor supracitado, o conceito de sociedade civil aplica-se tanto na contraposição às políticas e aos efeitos do neoliberalismo como para dar-lhe sustentação teórico-ideológica, o que se revela um grande paradoxo conceitual, uma vez que o mesmo termo é utilizado em sentidos políticos contrários.

Na sociedade civil social, segundo Nogueira (2003), a política está presente e tem lugar de destaque, mas nem sempre dita as regras. A luta social exclui muitas vezes a luta institucional e com ela se choca, dificultando a viabilização de estratégias hegemônicas. Assim, a sociedade civil social se coloca como um campo alternativo a todos os demais âmbitos. Nela, há lugar para a questão da hegemonia, mas esta aparece imperfeitamente disposta. Age-se, aqui, para usar o Estado como promotor da reforma social. À orientação supra-institucional soma-se uma orientação tendencialmente supranacional e voltada para a proteção dos direitos de cidadania (NOGUEIRA, 2003, p. 225).

No modelo de sociedade civil apresentado, poderia se aplicar o conceito de Estado cosmopolita, ou seja, um

Estado territorialmente desenraizado e categoricamente voltado para a proteção dos direitos de cidadania - concebidos como viáveis num terreno supranacional, mas também capacitado para impor limites ao mercado. Tal sociedade estaria composta por movimentos que se auto-organizam e que poderiam, acredita-se, disciplinar as instituições, como o Estado e o mercado (NOGUEIRA, 2003, p. 225).

Ainda segundo Nogueira (2003), a sociedade civil social aparece como um espaço situado além da sociedade política, do Estado e do mercado. O agir está orientado para contestar o poder e o sistema, mas não para articular capacidades de direção ético-política ou mesmo para fundar novos Estados.

Para Kaldor (2005) a sociedade civil global também é atravessada por várias tendências como a neoliberal, a ativista e a pós-moderna. A perspectiva ativista

dessa autora corresponde a idéia de sociedade civil social de Nogueira (2003). Nesse sentido, “a sociedade civil se refere à cidadania ativa, a organização que cresce fora dos círculos políticos formais e mediante a auto-organização” (KALDOR, 2005, p. 21). Situam-se nessa perspectiva o movimento altermundista construído a partir do Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em 2001 e também as ONG's que passam a defender plataformas de lutas para além dos Estados nacionais.

1.1.3 SOCIEDADE CIVIL DEMOCRÁTICO-RADICAL

A terceira classificação de Nogueira (2003), a *sociedade “civil democrático-radical”*, refere-se ao conceito gramsciano de sociedade civil, atribuindo que:

A sociedade civil era entendida por Gramsci “no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado”. Justamente por isto, trata-se de um espaço dedicado a promover a articulação e a unificação dos interesses, a politizar ações e consciências e a superar tendências corporativas ou concorrenciais. Seus personagens típicos são atores do campo estatal em sentido amplo, que se dedicam a organizar hegemonias e a conquistar o Estado (NOGUEIRA, 2003, p. 223).

Dessa forma, o Estado que faz referência a essa sociedade poderia ser chamado, segundo Nogueira, de Estado máximo, um “Estado social radicalizado, democrático e participativo” (NOGUEIRA, 2003, p. 223).

Segundo Nogueira (2003), na perspectiva de Gramsci a política conduz a luta social e a luta institucional e ambas caminham juntas, engendrando uma articulação de poder e hegemonia. Trata-se de um espaço dedicado a promover a unificação dos interesses, a politizar ações e consciências e a superar tendências corporativas ou concorrências.

Portanto, na perspectiva “radical-democrática”:

a sociedade civil aparece como um espaço onde são construídas soluções globais para a sociedade, articulam-se capacidades de direção ético-política, disputa-se o poder e a dominação. Um espaço de organização e invenção de novos Estados e novas pessoas. Um espaço de luta, governo e contestação, no qual se formam vontades coletivas (NOGUEIRA, 2003, p. 224).

Desse modo, uma sociedade civil radical-democrática estaria voltada à supressão de qualquer concorrência predatória, bem como de ações corporativas que comprometam o tecido social. Nessa modalidade, os espaços tendem a seguir os interesses comuns à sociedade como um todo.

O conceito de sociedade civil em Gramsci é discutido por vários autores e se caracteriza, segundo Nogueira (2003), por um conceito complexo e sofisticado que possibilita o entendimento da realidade, mas também é um projeto político cuja pretensão é transformá-la. Esse conceito foi concebido como parte de uma operação teórica e política dedicada a interpretar as transformações que se consolidavam nas sociedades do capitalismo desenvolvido.

Gramsci percebia que este movimento era virtualmente unificador e continha um impulso claro em direção a formas mais avançadas de convivências, mas estava cortado por fortes tendências desagregadoras, competitivas, individualistas. Sua idéia de sociedade civil espelharia toda esta riqueza e contradição: possibilitaria a plena expansão das individualidades e diferenciações, mas acomodaria também, acima de tudo, os fatores capazes de promover agregações e unificações superiores (NOGUEIRA, 2003, pp. 221-222).

Portanto, a sociedade civil em Gramsci dedica-se a organizar politicamente os interesses de classe, constantemente fracionados pela própria dinâmica do capitalismo, projetando-as em termos de ação hegemônica (NOGUEIRA, 2003, p. 222). Da mesma forma, Nogueira (2003) aponta que esta concepção de sociedade civil não se sustenta fora do campo do Estado nem em oposição a ele. Como uma figura do Estado, a perspectiva gramsciana encaminha-se para a idéia do “Estado ampliado”, ou seja, sociedade civil mais Sociedade Política compõem o Estado em sentido amplo.

Para Gramsci, conforme aponta Continho (1999, p. 127), a sociedade civil,

[...] é formada precisamente pelo conjunto das organizações profissionais responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa, etc.).

O conceito gramsciano de sociedade civil traz novos elementos para pensar as relações sociais modernas atuais na medida em que estabelece uma relação dialética entre estrutura e superestrutura:

o conceito de sociedade de civil em Gramsci, assim, ao momento da superestrutura, diferente da formulação marxiana, que identifica sociedade civil com infra-estrutura econômica [...] a sociedade civil expressa a articulação dos interesses das classes pela inserção econômica, mas também, pelas complexas mediações ideopolíticas e socioinstitucionais (COUTINHO, 1992, p. 73).

O que caracteriza, portanto, a perspectiva democrático-radical elaborada por Nogueira a partir de Gramsci é a compreensão da sociedade civil como espaço de luta, de contato entre projetos de classes distintas que disputam a hegemonia.

Para o autor, situam-se aqui os movimentos sociais, os partidos, os sindicatos e os movimentos populares. Ainda assim, não descarta traços dessa perspectiva em outras instituições como determinadas ONG's. É sob esse foco que buscaremos elementos para analisar a participação da sociedade civil na discussão do processo de integração regional do Mercosul e suas expressões na América Latina.

2 SOCIEDADE CIVIL E MERCOSUL

2.1 A participação democrática na América Latina – apontamentos para o debate

A construção dos processos participativos da sociedade civil, na perspectiva de democratização, foi colocada com frequência nas discussões das agendas das reformas de políticas públicas dos cinco países do Cone Sul: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Tal participação ora resume-se à execução de programas sociais – em substituição ao papel do Estado, ora volta-se à possibilidade de uma democracia efetiva com vistas à ampliação de direitos sociais e à participação nas decisões políticas, como retrata Albuquerque (2007) com base em pesquisa desenvolvida nos cinco países do Cone Sul:

por um lado, a participação da sociedade vincula-se à possibilidade de democratização e publicização do Estado, de ampliação de direitos sociais e políticos, à idéia de equidade e de justiça social. Por outro lado, a 'participação da sociedade' é apresentada como garantia de ampliação da governabilidade, como legitimação, colaboração ou substituição das responsabilidades sociais do Estado, transferidas à filantropia e ao setor privado (ALBUQUERQUE, 2007, p. 206).

Esse emaranhado em que está submerso o conceito da participação, que ora pende para as políticas neoliberais e ora para políticas democratizantes, permite uma confluência conceitual entre percepções diversas, isto é, a perspectiva de cunho liberalista e a de cunho democratizante. Logo, tal confluência proporciona uma confusão entre conceitos como cidadania, participação e democracia das perspectivas tanto democráticas como das perspectivas liberalistas.

Na América Latina, as experiências de participação da sociedade civil desenvolveram-se nos anos 1970 e 1980 em meio ao contexto pós-ditaduras militares. Continuaram logo a seguir com os processos de reforma decorrentes da

crise do capitalismo nos países centrais e seus primeiros reflexos no continente latino-americano.

Entretanto, apesar do processo de democratização presente nas agendas das reformas aparentar ser algo que estava no campo do consenso entre os países da América Latina, esta suposta tendência mostrou-se insuficiente para compensar as transformações estruturais que se desenrolaram a partir da década de 1970. Nas palavras de Albuquerque (2007), as “profundas crises dos Estados nacionais ante os efeitos da globalização capitalista dificultaram a consolidação dos processos de redemocratização” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 211).

Diante do contexto de globalização financeira e dos mercados, as economias nacionais latinas foram atreladas aos ditames dos interesses internacionais neoliberais, comprometendo a autonomia de seus investimentos. A exemplo disso, por orientação das organizações internacionais credoras, houve o sacrifício da disposição de investimento por parte dos Estados nos sistemas de proteção social e a desestruturação do mundo do trabalho, fatores que contribuem para o desenfreado aumento dos índices de pobreza e de indignância nos países da América Latina.

No mesmo caminho, a reestruturação da economia passa pelo acompanhamento de “uma renovação das ideologias liberais, enfraquecendo Estados nacionais que, na América Latina, já apresentavam debilidades históricas na sua capacidade de responder aos reclamos da sociedade por democracia e direitos sociais” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 212).

As condições de pobreza e de desigualdade sob as quais vivem os povos latino-americanos configuram o denominado triângulo latino-americano com suas três vertentes:

primeira vertente, difusão da democracia eleitoral; segunda vertente, a pobreza (em 2003, 225 milhões de latino-americanos, é dizer que 43,9% da população, se encontravam abaixo da linha da pobreza); terceira vertente, as sociedades latino-americanas são as mais desiguais do mundo (GARCÉS, 2006, p. 06, grifos no original, tradução nossa).

Esse panorama de desigualdade e pobreza tem sido capitalizado pelos governos nacionais sob a influência das agências multinacionais como Banco

Mundial, tendo forte apelo à participação da sociedade civil no encaminhamento de ações destinadas à superação dessa realidade.

Isso se verifica especialmente na implantação de programas de combate à pobreza, sendo que,

Ao invés das agendas democráticas de reformas, que associam a necessidade de eficiência à eficácia e à efetividade das políticas públicas na sua função de garantir direitos, as reformas neoliberais propõem o ‘enxugamento’ das responsabilidades sociais dos Estados, que seriam terceirizadas, ou relegadas à filantropia, à sociedade civil e ao mercado (ALBUQUERQUE, 2007, p. 214, grifos no original).

Se de um lado é possível verificar o apelo à participação, de outro esta é limitada à ótica neoliberal. Essas duas visões de participação – a neoliberal e a democrática – disputam espaço na demarcação das agendas de reformas do Estado, realizadas nos cinco países do Cone sul.

Na Argentina, as reformas liberais deram início no período das ditaduras privatistas, ao mesmo tempo que implementaram as reformas orientadas para o mercado. Em relação ao Brasil, tal processo de reformas privatizantes deu-se após a queda da ditadura militar, a partir dos governos de Fernando Collor de Melo (1990) e Fernando Henrique Cardoso (1994 - 2002).

Da mesma forma, as reformas liberais realizadas no Chile tomaram um grande espaço no campo das disputas entre agendas neoliberais e democratizadoras, a ditadura promoveu forte desenvolvimento da economia e implementou reformas orientadas para o mercado.

Segundo o *Instituto de Estudios de Estado y Participación*, da Central de Trabalhadores da Argentina, tais reformas tiveram resultados que apontam o mínimo de participação da sociedade e que se obtém como consequência a desarticulação desses resultados, os quais influenciam na qualidade das políticas e serviços sociais (IDEP, 2005, *apud* ALBUQUERQUE, 2007, p. 216).

Também nessa visão, na Argentina e no Uruguai, segundo informações do IDEP (2006), “os sindicatos e as ‘obras sociais’, que constituíam o sistema de saúde mutualista, lutaram para se manter no poder e foram palco de corrupção e mercantilização” (IDEP, 2006 *apud* ALBUQUERQUE 2007, p. 218, grifos no original). Nesse sentido, a falta de participação da sociedade na construção das

políticas públicas de saúde colocou barreiras na implementação de reformas de caráter universal.

Diante de tal contexto e com o intuito de ampliar a cobertura das políticas dessa área, as estratégias que visam à descentralização tiveram diferentes impactos nos distintos países da América Latina.

No Chile e na Argentina, por exemplo, “os processos de descentralização foram implementados por governos autoritários e privatistas e foram vistos como parte de um projeto de esvaziamento do Estado Nacional” (Idem p. 218).

No entanto, no Brasil, tal processo respondeu tanto aos interesses das agendas democratizantes, quanto aos interesses das agendas de redução do Estado e do ajuste fiscal dos anos de 1990. Nos demais países, a ampliação da participação social nos governos subnacionais (municipalização) responde ao processo de redemocratização, fator esse que para a esquerda corresponde a uma parte fundamental no processo de retorno da democracia. Para os segmentos de direita, entretanto, a descentralização foi interpretada como um “desmonte na estrutura centralizada do Estado de bem-estar social” (FRANCENSE, 2006, *apud* idem p. 218), o que possibilita a diminuição de gastos.

Ainda no que diz respeito ao Brasil, embora por aqui haja sérios limites nesse processo, foram fundamentais os esforços na nova construção de sistemas descentralizados de políticas sociais, articuladas com a participação dos estados e municípios. Permitiu-se a construção de espaços de controle social sobre as políticas públicas nos distintos níveis e em diferentes áreas, que apesar de exercerem graus de influência desiguais na tomada de decisões, representam um importante meio de participação e controle social.

A fragilidade de alguns países em estruturar o processo de descentralização – dentre os quais se pode destacar Argentina, Uruguai e Chile – provocou a fragmentação e a desqualificação dos serviços prestados, limitando os espaços de atuação participativa da sociedade.

No caso específico do Chile, o modelo neoliberal, segundo Dagnino (2006), obteve êxito dentro de suas políticas, e a “noção de participação cidadã é despolitizada e reduzida a seus aspectos mais instrumentais na provisão de serviços” (DAGNINO, 2006, p. 65).

Apesar da forte tradição chilena ser marcada por movimentos sindicais no enfretamento da ditadura com intensos protestos sociais, tendo forte presença das

ONG's – por sua vez amparadas pela ação social da Igreja Católica e o apoio de movimentos por direitos sociais – os resultados no âmbito da participação não se apresentam de forma efetiva no campo de uma participação que envolva as decisões políticas. Comprovando tal afirmação, Garcés (2006, p. 625 tradução nossa) aborda que:

a resistência à ditadura preparou as condições para a transição à democracia, mas os movimentos sociais não conseguiram projetar-se politicamente e hoje são bastante fracos; a resistência ao neoliberalismo na Argentina, por exemplo, configurara novos movimentos sociais que podem alcançar maiores projeções que os chilenos.

Ainda que a participação no Chile tenha se colocado de forma insuficiente para o processo efetivo da democratização, alguns segmentos da sociedade civil persistem na tentativa de consolidar e construir novos espaços de participação e interação local entre as autoridades e a sociedade, difundindo as idéias da democracia participativa.

No mesmo ponto de vista, a participação, embora apareça em uma posição desfavorável, vem compondo o quadro de atores e instâncias que caminham na direção da constituição da democracia, da ampliação de direitos e da participação política nas esferas decisórias. Experiências ocorridas nos países da América Latina têm desvendado tal perspectiva.

O Paraguai é, dos cinco países, aquele marcado pela mais larga experiência autoritária, que articulou o poder dos militares ao Partido Colorado, populista e profundamente enraizado de forma clientelista em todo o país. A presença de movimentos camponeses, geralmente vinculados à esquerda marxista, marcou a tradição de resistência aos regimes oligárquicos. Na resistência à ditadura do general Stroessner, somou-se a eles uma multiplicidade de novos movimentos, destacando-se o movimento pelos direitos humanos (ALBUQUERQUE, 2007, p. 221).

Posteriormente à ditadura, as formas de resistência e as tentativas realizadas na construção da redemocratização - especialmente no Paraguai - ocorrem com o surgimento de novos movimentos políticos e partidos progressistas. Dentre os desdobramentos de tal processo, tem-se o fortalecimento de diversos movimentos

sociais, tais como: o dos camponeses, de direitos humanos, estudantes, mulheres, a criação de ONG's entre outros, e suas ações lograram a articulação com os espaços de construção de políticas públicas, a exemplo dos espaços destinados à discussão dos direitos da criança (ALBUQUERQUE, 2007). E a partir de 2008, ocorre o fortalecimento desse processo com a eleição de Fernando Lugo.

No Uruguai, assim como no Chile, também houve forte participação sindical e de setores da sociedade civil, a exemplo do cooperativismo urbano e rural, na formulação e implementação das políticas habitacionais. Surgem também espaços destinados à discussão dos direitos da criança e adolescente através das ONG's.

Portanto, apesar de determinadas semelhanças, os países do Mercosul possuem suas particularidades nas formas de participação da sociedade civil. Deste modo:

a indicação mais forte é que enquanto as sociedades chilenas, argentinas e uruguaias retrocediam no campo dos direitos econômicos e sociais, no Paraguai e mais claramente no Brasil, os movimentos sociais alcançavam avanços relevantes no campo da luta por direitos (GARCÉS, 2006, p. 625, tradução nossa).

Embora, para Garcés (2006), alguns países tenham retrocedido na questão dos direitos sociais em comparação com o quadro de ditadura e “sob o ponto de vista jurídico, há um enorme avanço na América Latina em matéria de democracia participativa” (DAGNINO, 2006, p. 67).

Desse modo, a partir da década de 1980, a América Latina caracteriza-se pelo fim das ditaduras em vários países e o início dos processos de redemocratização. Embora limitado no sentido amplo de democracia, tal processo promoveu visíveis avanços ao desencadear uma série de tentativas de implementação dos direitos humanos e de construção participativa entre diversos segmentos sociais.

O envolvimento de distintos sujeitos, grupos, instituições nos movimentos sociais e ONG's a partir de então gerou uma diferenciação nas perspectivas seguidas por tais organizações. Tal diferenciação pode ser identificada por ONG's de diferentes perfis - aquelas que são caracterizadas como agentes que lutam pelos direitos humanos, ou aquelas que se caracterizam como gestoras de programas,

compartilhando da ótica de substituição de atribuições estatais pelas ações da sociedade civil.

2.1.1 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E A AMÉRICA LATINA

As ONG's surgiram com maior expressão nos anos de 1970, em um momento em que os movimentos sociais caracterizavam-se pela luta contra as ditaduras militares. Nesse período, afirmou-se uma perspectiva de representar “a população para além de seus eventuais vínculos partidários e ou sindicais,” (MONTAÑO, 2002, p. 271) na luta pelos direitos (da mulher, humanos, do trabalhador, etc.) e contra os mecanismos de exploração.

Com o papel de contribuir para a melhor organização interna, para articulação entre os movimentos sociais, às ONG's também cabia a função de captar recursos dos organismos estrangeiros e os transferir para os últimos, assumindo, assim, claramente o papel de atores “coadjuvantes” nessa relação entre ONG's e movimentos sociais.

No entanto, as ONG's passaram a ocupar o lugar dos movimentos sociais, deixando de realizar suas ações junto desses para assumir o papel de ator principal dessa relação². É o que demonstra Petras (1999, *apud* Idem p. 271):

no início da década de 80, os setores mais perceptivos das classes dirigentes neoliberais perceberam que suas políticas [de ajustes] estavam polarizando a sociedade; por tal motivo eles começaram a financiar e a promover uma estratégia paralela 'de baixo', a promoção de organizações 'comunitárias de base'[...] como uma ideologia antiestatal para intervir nas classes potencialmente conflitivas, para criar um 'amortecedor social'. Tais organizações dependiam financeiramente das fontes neoliberais e disputavam diretamente com os movimentos sociopolíticos pelo engajamento e fidelidade dos líderes locais e das comunidades militantes.

² Montañó (2002) afirma que dentre os fatos históricos que levaram as ONG's a essa posição, destaca-se a drástica diminuição dos recursos internacionais para os países latino-americanos com o fim da ditadura. Desta forma, as ONG's foram obrigadas a ter que procurar fundos com empresas e o próprio Estado, o que por sua vez, levou à perda dos objetivos funcionais da organização e prejudicou o repasse dos recursos para os movimentos. Esses fatores foram responsáveis pela diminuição dos movimentos sociais e seu enfraquecimento e permitiram a aproximação de seus objetivos aos dos organismos estrangeiros financiadores.

Pode-se perceber dessa forma “uma relação direta entre o crescimento dos movimentos sociais que desafiam o modelo neoliberal e o esforço (das agências do capital) para subvertê-los através da criação de formas alternativas de ação social através das ONG’s” (Petras,1999, p. 44, *apud* Montaña, 2002 p. 272). Petras afirma ainda que “à medida em que cresceu a oposição ao neoliberalismo, os governos europeus e os norte-americanos, juntamente com o Banco Mundial, aumentaram a destinação de verbas para as ONG’s”.

A idéia de sociedade civil na perspectiva neoliberal é justamente uma associação com as ONG's e não com os movimentos sociais. As ONG's passam a ter maior credibilidade junto à população, e começam a compor o quadro de seus financiadores. Nessa perspectiva, incorporaram uma lógica gerencial que lhes confere um “ar” de eficiência, o que permite a distinção central com os movimentos sociais.

As ONG's passam também a ter uma relação distinta com o Estado, assumindo uma espécie de relação funcional. Dessa forma, adotam uma perspectiva de negociação, em consonância com o projeto neoliberal, distinta do ponto de vista da luta dos movimentos sociais. A essa relação Montaña (2002, p. 273, grifos no original) denomina “terceirização” dos movimentos sociais:

O Estado e as agências internacionais não são mais ‘obrigados’ a tratar diretamente com os movimentos sociais, mas agora a relação é de forma indireta, intermediada pela ONG, mais ‘eficiente’, mais ‘razoável’, mais ‘bem-comportada’ e, além disso, estes organismos podem escolher seus parceiros, seu interlocutor, definindo a ONG com qual tratarão.

Na mesma perspectiva, Petras (1999, p. 72 *apud* Idem p. 273) afirma que tal situação estaria aumentando o “isolamento político e econômico das organizações populares”. Nessa direção, a relação com o Estado não seria de luta, nem de reivindicação, como se apresentava com os movimentos sociais, e sim de concessão de pedido, o que remete a uma relação de parceria, e não de autonomia, quase sempre relegando a segundo plano a atividade do movimento social.

Diante de tal contexto, identifica-se o reflexo do processo de globalização na atual situação das ONG's. Houve uma mudança dos conteúdos de tais organizações

que passam de parceiras nas lutas sociais a agentes negociadoras de recursos, com conseqüente efeito negativo nos atores participantes, despolitizando-os em uma perspectiva passiva, conciliadora, menos conflituosa e mais negociada.

Reforçando essa visão, Nogueira (2003) afirma ainda que tais movimentos, agora vinculados às ONG's, congestionam a sociedade civil, confundindo-se com ela, ou seja, de espaço dedicado à articulação política dos interesses de classes, de terreno para construção e afirmação de projetos de hegemonia, a sociedade civil reduziu-se a uma espécie de acampamento de movimentos. Portanto, ainda que tenha crescido a taxa de organização democrática, perdeu-se em termos de unidade política.

Embora o campo das ONG's seja bastante contraditório, uma vez que envolve organizações de diferentes perspectivas, as Associações de ONG's dos países latino-americanos têm incorporado em seus discursos a preocupação com a cidadania por meio das dinâmicas dos movimentos sociais, buscando o fortalecimento da sociedade civil e o desenvolvimento das relações democráticas.

Na América Latina, o termo ONG tornou-se conhecido e popular, especialmente a partir da ECO - 92. Anteriormente, segundo Scherer-Warren (1999), a expressão havia sido importada por meio das agências internacionais de financiamento, que não faziam distinção entre as de cunho filantrópico as de caráter democrático.

Os chamados países de primeiro mundo intitulavam de ONGD's (Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento), o que para os latinos-americanos ficaram conhecidas como "centros populares", e somente mais tarde que o mundo das ONG's se ampliou nesse continente, em função da grande quantidade de organizações antes caracterizadas pela ação filantrópica.

No contexto das ditaduras militares na América Latina, as ONG's que tinham como bandeira a transformação social atuavam de maneira restrita e inexpressível, freqüentemente sob a proteção e auxílio das igrejas católica e protestante.

A visibilidade das ONG's somente pôde ser ampliada após as ditaduras, e desde então as ações de algumas vêm auxiliando os movimentos sociais no processo de redemocratização, bem como ampliando seus campos de atuação.

Assim, como demonstrado anteriormente, as ONG's assumem sem dúvida um papel contraditório no processo de construção democrática na América Latina, tanto

voltadas para o assistencialismo e a filantropia, como para as lutas de redemocratização.

Em pesquisas realizadas Scherer-Warren,(1999, p. 49) afirma que:

na sua relação com o poder político, as ONG's de alguns países trabalham mais diretamente em colaboração com o governo central ou com o poder local, como no Chile, na Colômbia e no Peru; outras atuam mais como interlocutoras de outros atores sociais com o Estado ou como fiscalizadoras das ações governamentais, como no Brasil e no México.

Segundo a autora, as ONG's vêm ganhando força na sua relação com o poder político, tanto na orientação, assessoria e prestação de serviços, como no controle no uso dos recursos públicos e nas políticas sociais.

Desde os anos 1990, as organizações estão se ampliando, e formando iniciativas para a criação de redes. A América Latina apresenta associações e federações de ONG's que se estabelecem em vários países, conforme exposto no quadro a seguir:

Quadro 1 – Associações e Federações de ONG's da América Latina

País Sede	Associação/Federação
Costa Rica	Associação Latino-americana de Organização de Promoção - ALOP
Nicarágua	Federação de Organismos Não Governamentais de Nicarágua
Equador	Câmara Equatoriana de Organizações Privadas sem fins de Lucro
Brasil	Associação Brasileira de ONG's – ABONG
Uruguai	Associação Nacional de ONG's orientadas ao desenvolvimento – ANONG
Paraguai	Asociación Nacional de ONG's do Paraguai - PAJOAJU
Chile	Asociación Chilena de ONG's
³ Argentina	-----

Quadro 1 – Associações e Federações de ONG's da América Latina

Fonte: A Sociedade Civil no Mercosul

Sistematização: Eglê Ronsoni, Florianópolis.

A Associação Latino-americana de Organização de Promoção - ALOP caracteriza-se como um grande instrumento de articulação das ONG's e na função de suscitar ações pertinentes ao campo social e na construção democrática.

³ Em pesquisa realizada em web-sites ,contatos telefônicos e via e-mail, não foi encontrada a Federação de Ong's da Argentina.

Fundada em 1979, em um encontro no Brasil, a ALOP tem por objetivos: contribuir para um espaço de encontro e intercâmbio das ONG's; elaborar propostas de desenvolvimento global e setoriais; estabelecer uma relação pró-ativa com os atores do desenvolvimento latino-americano e do Caribe; elevar a eficácia das ONG's nos processos de desenvolvimento promovendo sua modernização gerencial e instrumental e sua sustentabilidade; e desenvolver a capacidade de diálogo entre as organizações e a sociedade na região, nos fóruns internacionais (ALOP, 2008, tradução nossa).

A ALOP tem contribuído significativamente no que se refere ao debate do campo social e a construção participativa no processo de integração regional do Mercosul (através da promoção de encontros e eventos).

Portanto, a ampliação da atuação das ONG's, legitima-se através das associações e articulações de redes que tais organizações têm efetuado, no intuito da construção de uma nova concepção de desenvolvimento, com justiça social, constituição da cidadania, da participação democrática e dos direitos sociais. É sob essa perspectiva que vêm ocorrendo a participação dessas organizações na discussão da agenda social do Mercosul.

2.2 A Participação da Sociedade Civil no Processo de Integração Regional do Mercosul

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) apresenta-se com a perspectiva de esforços de integração e cooperação entre os países latino-americanos. Criado em 1991 através do Tratado de Assunção, assinado por Argentina, Brasil, Paraguai e o Uruguai, tinha como objetivo “contribuir para a reversão do declínio do comércio intrarregional e o de frear a crescente marginalização da América Latina com relação ao sistema econômico internacional.” (AGUERRE, 2004, p. 09). O acordo busca uma integração mais competitiva das economias inicialmente dos quatro países⁴,

⁴ Atualmente o Mercosul está constituído pelos cinco Estados Parte, a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai, a República Oriental do Uruguai, e por último a entrada da Venezuela no bloco. Como países associados temos: República da Bolívia -

bem como, pretende favorecer as economias de escala, reforçando as possibilidades de cada um dos países-membros com o incremento da produtividade, estimulando os fluxos de comércio com o resto do mundo, tornando mais atraente os investimentos na região.

O Tratado de Assunção considera que a “ampliação das dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social” (Tratado de Assunção, 1991).

Através da constituição do Mercosul, os Estados Partes buscam promover o desenvolvimento científico e tecnológico, modernizando suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens e serviços disponíveis, além de tornar o aproveitamento dos recursos disponíveis mais eficaz, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes, o que se pretende alcançar igualmente pelo aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis.

Com o Tratado de Ouro Preto (1994), há a regulamentação jurídica da integração regional, o que proporciona o avanço das políticas comerciais, aduaneiras e agrícolas. Desde então, abriu-se um período mais dinâmico no processo de integração regional.

No entanto, a perspectiva social e a dimensão democrática não têm sido enfatizadas no desenvolvimento das atividades do Mercosul, uma vez que trazem consigo os contornos da configuração neoliberal. A etapa inicial do acordo foi marcada pelos benefícios às empresas e os grupos econômicos e a participação é assinalada pelas intervenções desiguais na tomada de decisões (SIMIONATTO, 2008). Desse modo, as preocupações do Mercosul aparecem pautadas nos “benefícios que a integração traria aos grupos que controlam o poder econômico na região e não com um projeto favorável aos interesses das classes subalternas” (SIMIONATTO, 2008, p. 2).

Na ótica da participação democrática e da justiça social, abordadas no Tratado de Ouro Preto, as forças sindicais tiveram significativa influência. Foi a partir dos questionamentos das centrais sindicais, que emergiram os debates das

contradições do processo desigual da globalização e dos impactos que seus desdobramentos poderiam trazer aos trabalhadores.

Os sindicatos trouxeram como respostas a essa demanda propostas de uma outra forma de integração pautada em outras bases/princípios, denominada de “a integração que necessitamos”, com vistas à reivindicação dos interesses trabalhistas e de uma efetiva participação institucional. Para tal, criou-se em 1991, o Subgrupo sobre relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social SGT – 11, que em 1994, tornou-se o SGT 10.

Anterior aos referidos grupos e no âmbito institucional, foi criada a Coordenadoria de Centrais Sindicais (CCSCS). Sendo composta pelas seguintes Centrais Sindicais:

Quadro 2 - Centrais Sindicais do Cone Sul

País	Central Sindical
Uruguai	Plenário Intersindical de Trabajadores - Convención Nacional de Trabajadores (PIN – CNT)
Argentina	Confederación General de Trabajo - CGT Central de Trabajadores - CTA
Brasil	Central única de Trabalhadores - CUT; Força Sindical - FS; Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT Central Autônoma dos Trabalhadores - CAT
Paraguai	Central unitária de Trabalhadores - CUT Central Nacional de Trabajadores - CNT; Confederación Paraguaya de Trabajadores - CPT
Bolívia	Central Obrera Bolivariana - COB
Chile	Central Unitária de Trabalhadores - CUT

Quadro 2 - Centrais Sindicais do Cone Sul

Fonte: Simionatto, 2008.

Sistematização: Eglê Ronsoni. Florianópolis.

Pode-se afirmar que as reivindicações das centrais sindicais tiveram papel fundamental no processo de participação da sociedade civil, e na construção de uma agenda social para o Mercosul. A participação deu-se inicialmente com “acordos realizados no âmbito da Seguridade Social, especialmente em relação aos trabalhadores formais” (SIMIONATTO, 2008, p. 6), que refletiu na nova institucionalidade sob a qual se sustenta o caráter social do Mercosul. Tais instâncias foram criadas a partir do Protocolo de Ouro Preto, com a intenção de luta por políticas para além da questão econômica. Na pauta das reivindicações, foram incluídas políticas de educação, pleno emprego, saúde e previdência, ampliando o

debate da perspectiva social no processo de Integração Regional. Esse debate é fortalecido em 1995 com a criação do Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES), que amplia a participação da sociedade civil.

O FCES, criado a partir do Protocolo de Ouro Preto, estabelece o debate no campo social. Apesar da lacuna que o mesmo apresenta no que se refere à forma participativa dos atores sociais e econômicos e, principalmente, na posição que ocupam no quadro institucional do Mercosul, novas iniciativas surgiram a partir da sua criação.

Embora o Fórum tivesse em uma das suas diretrizes a proposição de políticas econômicas e sociais que abordassem uma maior participação da sociedade civil, foram priorizadas as políticas macroeconômicas. Foi através da identificação de tais prioridades, as quais deixam de lado a questão social, que o Fórum se viu obrigado a criar as Seções Nacionais do FCSE, que agregaram posteriormente outros atores, como universidades cooperativas e ONG's, no intuito de suscitar e ampliar o debate no campo social. Além da participação sindical das novas iniciativas da sociedade civil, aparece no cenário em 2004 o Programa Mercosul Social e Solidário e em 2005 o Programa Somos Mercosul⁵.

A partir de então, agregou-se ao FCES a ANONG – Associação de Organizações Não Governamentais, do Uruguai – que se caracteriza como uma organização da sociedade civil com o objetivo de ampliar a discussão dos direitos de cidadania no processo de integração. A ANONG é, entre as Organizações Não Governamentais, a única que possui representação institucional no FCES.

A Associação Brasileira de Organizações Não governamentais (ABONG) foi admitida junto ao FCES apenas na “qualidade de observadora”, bem como as demais organizações. Tal rejeição do Fórum comprova a limitada aceitação do ingresso participativo no âmbito das decisões institucionais do Mercosul e demonstra a fragilidade da ligação de seus componentes.

Com o mesmo intuito, a ALOP promove encontros entre as ONG's da América Latina, assim como as do Mercosul, incluindo as que discutem questões pertinentes a este bloco, com vistas ao reflexo dos processos de integração nos seguimentos sociais.

⁵O Programa Somos Mercosul é uma iniciativa pública que se caracteriza por “um programa de ações sociais, políticas e culturais, constituído por meio da iniciativa entre os governos e a sociedade civil organizada dos países-membro do Mercosul” (Somos Mercosul, 2008).

O Programa Mercosul Social Solidário tem se destacado na busca pela constituição da agenda social do Mercosul através da construção participativa da sociedade civil. O Programa é composto por um conjunto de organizações sociais e objetiva ampliar e potencializar o exercício da cidadania e da participação cidadã nos países da região, como detalharemos na seção seguinte.

3 O PROGRAMA MERCOSUL SOCIAL SOLIDÁRIO (PMSS)

A presente seção tem por objetivo traçar o perfil do Programa Mercosul Social Solidário (PMSS), especificadamente das ONG's que o compõem, seguido da análise das características e propostas de tais organizações.

O Programa Mercosul Social e Solidário se caracteriza por uma plataforma de ação integrada por 18 Organizações Não Governamentais (ONG's) da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Conta com o apoio e o financiamento do Comitê Católico contra a Fome e a favor do Desenvolvimento CCFD⁶ e da União Européia.

Quadro 3 – Países que compõem o PMSS e respectivas ONG's

PAÍS	ONG'S
Argentina	Ação Educativa – Santa Fé; Canoa; Cenepp; FEC/ AEC; Idep; Incupo; Indeso Mujer; Centro Nueva Terra.
Brasil	Cedac; Centrac; Polis.
Chile	ECO; PET.
Paraguai	CDE; Dedicamos; Sepa.
Uruguai	CCU; CPP

Quadro 4 – Países que compõem o PMSS e respectivas ONG's

Fonte: Programa Mercosul Social Solidário, 2008.

Sistematização: Eglê Ronsoni, Florianópolis.

Criado em 2004, porém idealizado desde 1995 em uma série de reuniões, seminários, intercâmbios e cooperações mútuas entre o Comitê Católico e um grupo de ONG's, o PMSS foi lançado oficialmente em 27 de novembro de 2003. Em termos

⁶ O Comitê Católico contra a Fome e a favor do Desenvolvimento (CCFD) é uma organização de solidariedade internacional da França, criada em 1961, que vem apoiando distintos atores com vistas à transformação social. Para tanto, desenvolve e financia projetos em diversas partes do mundo, “desde uma perspectiva de opção pelos setores populares, discriminados, marginados”. O CCFD desenvolve também um trabalho que se volta ao “apoio à educação da cidadania, a solidariedade internacional na Europa, com uma perspectiva de globalização”. Por meio destas ações, a organização objetiva dar “respostas a alguns desafios mundiais”, como as crises provenientes da relação das sociedades com o meio ambiente (deterioração do meio ambiente em função dos modos atuais de produção que giram em torno de um modelo agroexportador), as crises provenientes da relação das sociedades com o mercado (ênfase no sistema econômico em detrimento do bem-estar e da dignidade das pessoas) e as crises provenientes das relações que construímos nas sociedades (redução dos direitos, falta de segurança, etc.) (PROGRAMA MERCOSUL SOCIAL E SOLIDÁRIO, 2008, tradução nossa).

operacionais, as ações começaram a ser desenvolvidas, em nível regional, entre fevereiro e março de 2004.

Com vistas à maior participação da sociedade civil, o PMSS apresentou-se como um espaço para ampliar o debate do Mercosul no campo social. Dessa forma, na atual conjuntura em que a dimensão econômica tem prioridade no processo de integração regional, torna-se necessário “abrir espaço à sociedade civil, aos intercâmbios povo a povo, e em particular, estabelecer contato com as organizações sociais [...]” (GARCÉS, 2006, p. 5, tradução nossa).

No intuito de articular e viabilizar tal participação, o PMSS tem como objetivos:

- Promover os direitos humanos fundamentais: políticos; econômicos e sociais dos grupos mais desfavorecidos;
- Possibilitar aos atores sociais o acesso, quantitativa e qualitativamente, a ferramentas para defender e promover seus interesses no processo de integração regional do Mercosul;
- Encarar novas relações entre Estado e sociedade, promovendo uma cidadania ativa, que não visualize os cidadãos apenas como eleitores, e sim como protagonistas nos assuntos públicos, tanto locais como nacionais e regionais, com amplo conhecimento de seus direitos;
- Apoiar os atores sociais para fortalecer as organizações e potencializar a criação de redes, alianças e estruturas que permitam incidir efetivamente na implementação de políticas públicas em toda a região.

Desse modo, o programa vem trabalhando sob a perspectiva da construção de uma “cidadania ativa” que reconheça o papel, a incidência e a participação das organizações sociais na integração regional (PROGRAMA MERCOSUL SOCIAL E SOLIDÁRIO, 2008).

Dentro dessa ótica, também desenvolve ações de promoção de diversas atividades, como reuniões, seminários, encontros, cursos de formação para organizações sociais, bem como contribui para a produção teórica, através de estudos sobre temas como: democracia, políticas públicas, direitos sociais e humanos e integração regional, difundidos por intermédio de cartilhas e outros materiais educativos como revistas e meio eletrônico. Destaca-se, dentre as publicações, os Boletins *PMSS*, a Revista *Voces del Sur* e os documentos (relatórios) produzidos com base nos encontros promovidos pelo programa.

3.1 Principais Encontros Promovidos pelo PMSS

Com o objetivo de suscitar o debate democrático no processo de integração regional, o PMSS promoveu uma série de encontros que contribuíram para essa discussão. Entre os de maior destaque estão os eventos de Rosário (2006), Assunção (2007) e Montevideu (2007).

Em outubro de 2006, realizou-se em Rosário na Argentina, o I Encontro Regional de Organizações Sociais dos cinco países que fazem parte do PMSS. O evento reuniu cerca de 300 representantes de organizações sociais, ONG's e movimentos sociais de jovens, mulheres, trabalhadores, camponeses, povos originários, migrantes, diversidade sexual e outros segmentos da população dos países integrantes do Mercosul.

O encontro teve por objetivo a criação de um espaço para a elaboração conjunta de propostas para a construção de uma integração regional horizontal com a participação da sociedade civil, com vistas à implantação de uma outra integração que envolva os cidadãos, e não somente os setores políticos e empresariais do Cone Sul (PROGRAMA MERCOSUL SOCIAL E SOLIDÁRIO, 2008, tradução nossa).

Cabe ressaltar que, anterior ao referido encontro, tais organizações tiveram a oportunidade de se reunir em oficinas nacionais para que os participantes pudessem trabalhar antecipadamente suas reivindicações e demandas nacionais sob uma perspectiva regional.

Como resultado desse encontro uma declaração conjunta denominada "Declaração de Rosário" foi apresentada. Sob o lema "Por una Integración Solidária de los Pueblos del MERCOSUR", foram especificados os fundamentos da integração regional sob a perspectiva das organizações sociais que fazem parte do PMSS. Posteriormente foi encaminhada aos governos e autoridades do Mercosul nas instâncias nacionais e regionais (PROGRAMA MERCOSUL SOCIAL E SOLIDÁRIO, 2008, tradução nossa).

Dentre os temas discutidos e por consequência sistematizados na referida declaração, destacam-se:

- A Integração regional: um desafio e um projeto social em construção;
- Igualdade de direitos entre mulheres e homens;
- Políticas Públicas;
- Reforma Agrária integral, soberania alimentar e energética;
- Trabalho e Economia Solidária.

Outro encontro de grande relevância para o debate democrático no processo de integração regional foi o II Encontro Regional do PMSS, realizado em Assunção, Paraguai, em junho de 2007. Novamente, mais de 300 dirigentes de organizações e movimentos sociais participaram do evento, que se propôs a analisar, por meio das experiências, os avanços alcançados e as dificuldades encontradas na concretização dos objetivos traçados no primeiro encontro (PROGRAMA MERCOSUL SOCIAL E SOLIDÁRIO, 2008).

Com base na proposta intitulada “Las Organizaciones Sociales ante el Desafío de Construir una Integración en Democracia y con Justicia”, os participantes socializaram a conceituação e as estratégias que as ONG's do PMSS estão utilizando em cada um dos eixos temáticos contemplados pelo programa (Economia Solidária, Igualdade entre mulheres e homens, Soberania Alimentar e Políticas Públicas), assim como compartilharam, com os Movimentos Sociais Regionais, as experiências desenvolvidas em torno destes temas. Assim como no I Encontro, foram realizados encontros locais e nacionais onde organizações puderam debater previamente as necessidades, reivindicações e ações que pretendiam construir a partir do PMSS.

Por último foi realizado o III Encontro regional do PMSS em dezembro de 2007, na cidade de Montevideu, Uruguai, sob o *slogan* “Com la gente, el MERCOSUR cresce desde el pie”. Esse encontro se desenvolveu como continuação dos dois primeiros Encontros Regionais, e também teve como objetivo o “aprofundamento do significado da construção do processo de integração regional que aparece expressa na Declaração de Rosário”, dentro da perspectiva da construção coletiva e com o protagonismo da sociedade civil (PROGRAMA MERCOSUL SOCIAL E SOLIDÁRIO, 2008).

O debate desse encontro visou à definição de alternativas de ação a serem inseridas pelas organizações sociais e pelo PMSS nos diversos âmbitos: local, regional e nacional. Para tanto, foram reafirmadas as propostas discutidas nos encontros anteriores e dos temas: Soberania e Segurança Alimentar, Trabalho e

Economia Solidária, Igualdade de Direitos entre Mulheres e Homens e Políticas Públicas com Participação Cidadã. A constituição da proposta do PMSS, portanto, fundamentou-se no aprofundamento desses temas, cujo interesse também é identificado no perfil das organizações que integram o programa.

3.2 Perfil das ONG's integrantes do PMSS

Com base nas informações disponibilizadas pelas próprias organizações, realizou-se uma pesquisa documental que permitiu identificar seus perfis, através dos seguintes eixos: identificação, objetivos, âmbito de ação, população alvo, áreas ou programa de atuação, relação com o Estado e com outras associações políticas e financiamento. O quadro que segue exhibe informações detalhadas:

Quadro 4 - Perfil das ONG's integrantes do Programa Mercosul Social Solidário

ONG's Características	AÇÃO EDUCATIVA – Argentina	CANOA – Argentina	CENEPP – Argentina
Identificação	Fundada em novembro de 1985, é uma associação sem fins lucrativos, que desenvolve sua prática territorial nas cidades de Santa Fé e San Javier e nas comunidades da Brava e Arrojo Leis (província de Santa fé).	Desde 1988 aborda diferentes problemáticas do <i>Habitat</i> Popular que contribuem na consolidação de uma sociedade democrática e participativa.	CENEPP é uma organização de trabalhadores rurais com formação acadêmica sem fins lucrativos, composta por sete atividades sociais e sua sede se encontra em Santiago del Estero.
Objetivos	Colaborar na formação de cidadãos que contribuam para o desenvolvimento social humano; Recuperar a dimensão política das práticas educativas nos âmbitos formais e informais; Promover o exercício de uma cidadania ativa capaz de abordar as problemáticas dos setores populares; Promover a capacitação como forma de colaborar na superação das desigualdades de gênero; Contribuir ao desenvolvimento de uma economia popular; Incentivar a construção de uma cultura de defesa dos Direitos Humanos.	Trabalhar na construção do <i>Habitat</i> Popular com a participação de diferentes sujeitos sociais políticos; Alcançar a articulação dos sujeitos sociais e políticos para chegar a uma construção coletiva, gerando vínculos participativos com o Estado em todas suas dimensões: comunitária, municipal, nacional; Gerar diferentes espaços de trabalho e de discussão que permitam o exercício pleno da cidadania e a concretização da democracia.	Fortalecer as Organizações camponesas do Movimento camponês de “Santiago del Estero” e Consolidar as articulações com outros atores do campo popular na construção de modelo diferente de país, por um MERCOSUL social e suas vinculações latino-americanas.
Âmbito de Ação	Local (em zonas), nacional e regional.	Local	Regional e local
População Alvo	Crianças, adolescentes e jovens, mulheres e homens que participam em âmbitos comunitários; trabalhadores rurais; estudantes; entre outros.	Instituições intermédias e organizações sociais, na elaboração de propostas para o melhoramento do <i>Habitat</i> Popular.	Trabalhadores Rurais
Áreas ou Programas de Atuação	Centro de educação popular; Economia Solidária; Saúde; Direitos Humanos; Sistemas produtivos rurais; Violência Familiar; Saúde Sexual e Reprodutiva;	- <i>Habitat</i> e Desenvolvimento Social, - <i>Habitat</i> e Moradia, - <i>Habitat</i> e Gênero.	Formação política e associativismo; Assessoramento e capacitação a grupos de base camponesa; Geração e sustentação de estratégias de defesa

	Educação; Ecologia. Investigação participativa; Educação de Jovens e Adultos; Biblioteca Ambulante; Espaço Educativo; Apoio Escolar; Formação de professores.		da posse de terra de maneira coletiva; Oficinas sobre direitos, assessoramento legal e técnico de questões jurídicas. Intervenção participativa e educação popular.
Relação com o Estado e com outras associações políticas	Programas; Ministérios; Secretarias, Subsecretarias; Conselhos; Universidades; Redes para o fortalecimento da sociedade civil, e Espaços de organização social, como ONG's de diversos países (Europa, América Latina) e Fundações; comitês; movimento de trabalhadores e Organizações sociais.		
Financiamento	Comité Catholique contre a Fain pour le Developpement – Paris - França; Grupo di Voluntariado Civile - Itália. Ministérios Globais Igrejas Protestantes Unidas –Holanda; Dreikonigsaktion Der Katholischem Junschar - Áustria. Global Fund - U.S.A; Rede de Saúde de mulheres da América Latina e do Caribe		

ONG's	FEC/AEC – Argentina	IDEP – Argentina	INCUPO – Argentina
Características			
Identificação	A Fundação Ecumênica de Cuyo trabalha a partir da compreensão e difusão da problemática integral dos setores excluídos da sociedade, sobre o desenvolvimento de habilidades que permitam alcançar a participação como cidadãos, e o fortalecimento desses	O Instituto de Desenvolvimento do Estado e da Participação é uma associação civil fundada em 1985 que nasce como um instrumento de investigação e estudos da Associação de trabalhadores do Estado. Contribuiu de maneira significativa na recuperação da associação, que sofreu	O Instituto de Cultura Popular é uma associação civil sem fins lucrativos, de inspiração cristã, com mais de 30 de anos de inserção em populações rurais pobres do Norte Argentino.

	setores para que interajam com diferentes atores sociais.	repressão da ditadura militar.	
Objetivos	Fortalecer o sistema democrático com participação, justiça e solidariedade, privilegiando distintos setores excluídos da sociedade.	Realizar estudos e investigações que sustentam o projeto e realizar formação dos dirigentes e militantes.	Contribuir no desenvolvimento rural sustentável; Abrir e fortalecer espaços de exercício da democracia; Fortalecer a processos organizativos autogestantes; Favorecer o acesso aos recursos naturais; Favorecer a criação de um marco legal e político que contemple os interesses dos setores rurais pobres; Incidir na opinião pública; Promover a saúde “em mãos da comunidade”.
Âmbito de Ação	Regional	Nacional	Regional
População Alvo	Jovens, mulheres, crianças e famílias de setores populares.	Trabalhadores empregados e desempregados, moradores urbanos e rurais, imigrantes, mulheres, crianças, jovens, idosos, intelectuais e artistas.	Populações Rurais
Áreas ou Programas de Atuação	Assessoria técnica a processos organizativos de grupos populares: defesa de seus direitos, poder local, reivindicação de suas necessidades; Formação de dirigentes e militantes de organizações sociais; Promoção dos direitos da mulher através de ações de difusão, lobby e comunicação; Assistência jurídica e social a familiares e vítimas da última ditadura militar; Aprofundamento de processos de memória e justiça através de processos penais contra os responsáveis do genocídio da última ditadura militar em Mendoza; Desenvolvimento do Foro de debate "Palavra e Política": espaço de	Investigação e estudos específicos sobre economia, situação social, política, cultural e educativa; Banco de dados e base estatística; Centro de documentação; Programa de formação permanente, com sustento na Educação Popular. No referente a território, trabalha na difusão e aplicação do Orçamento Participativo, de acordo com à realidade argentina. Da mesma forma, coopera na consolidação da Federação de Terra, Moradia e <i>Habitat</i> . Outra experiência importante é o Encontro Anual pelo Novo Pensamento na Argentina, que convoca a trabalhadores, moradores, militantes da Igreja e uma grande parte dos intelectuais	Medições e titulação das terras: o jurídico-legal para o acesso a terra; Ajudas econômicas para a realização de infra-estrutura produtiva; Criação de espaços de intercâmbio de experiências e reconhecimento de direitos; Acompanhamento na resolução de problemas hídricos em setores da zona de trabalho com capacitação, geração de tecnologias apropriadas e apropriáveis; Técnicas de melhoramento e fertilidade do solo; Obtenção e administração da água; Técnicas de manejo sustentável de bosques; Produções alimentícias; Produções de pecuária; Indústrias do

	análise e elaboração de propostas de políticas públicas; Participação em conselhos consultivos, foros temáticos e projetos de gestão associada com governos municipais e provinciais.	argentinos. Oferece Serviço de Formação Profissional, dada a nova realidade e relação trabalho-emprego-educação.	campo; Estratégias de marketing (Venda de Porta em Porta, Feiras Trocas).
Relação com o Estado e com outras associações políticas		Mantém contato com Redes de ONG's e organismos estatais: Encontro de ONG's, (confluncia), Rede de Intelectuais e Científicos. Estado: Governo Autônomo de Buenos Aires, Municípios e organismos estatais. Universidades: de Buenos Aires, Comaho, Rosário, Córdoba, San Miguel, Tecnológica Nacional e FLACSO. Federações e cooperativas, arcebispados e organizações eclesiais. Pertence à Rede de contrapartes de CCFD e CLACSO.	
Financiamento			

ONG's	INDESO MUJER – Argentina	CENTRO NUEVA TIERRA - Argentina	CEDAC – Brasil
Características			
Identificação	É uma associação civil sem fins lucrativos com personalidade jurídica nº 489/87, fundada em Rosário no ano 1984. Uma organização de mulheres feministas que trabalha pela construção de uma sociedade mais justa e democrática, sem discriminações nem exclusão de nenhum tipo, e pelo respeito aos direitos humanos. Aborda desde uma perspectiva de gênero até modificação das relações de subordinação existentes na sociedade.	Trabalha na Argentina desde 1989. É uma ONG que capacita e articula grupos de agentes sociais e pastorais em todo o país, que trabalha no serviço de organizações de grupos populares e em estreita relação com organizações, comunidades, grupos e redes locais de diversos âmbitos. Anima uma rede de mais de 4.000 agentes sociais e pastorais, acompanhando projetos, capacitando líderes e animadores e promovendo articulações e ações conjuntas.	Fundado em 1979, o Centro de Ação Comunitária é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Rio de Janeiro. Designa uma Coordenação Executiva a quem delega a responsabilidade de executar o plano trienal e coordenar o conjunto das atividades da instituição.

Objetivos	Trabalhar pela eliminação de toda forma de discriminação contra a mulher e o reconhecimento de seus direitos.	Fortalecer os projetos e organizações dos grupos comprometidos em transformar situações de pobreza e exclusão e Aprofundar a opção pelos pobres nas igrejas e na sociedade Argentina.	Capacitar e apoiar os movimentos sociais urbanos para que possam desenvolver ações políticas e organizativas orientadas para a produção da democracia.
Âmbito de Ação	Local, regional, nacional e Internacional.	Nacional	Local
População Alvo	Mulheres	Organizações e Grupos Populares	Movimentos sociais urbanos
Áreas ou Programas de Atuação	<p>Apóia a elaboração e implementação de políticas públicas com perspectiva de gênero; Impulsiona e instrumenta junto a outras organizações mecanismo de consultas e de participação popular, local, estadual e nacional (audiências públicas, consultas populares, etc.); Participa do movimento de mulheres local e nacional; Impulsiona iniciativas que tendam a um exercício pleno da cidadania pelas mulheres, em respeito pelos direitos humanos; Sustenta o Centro de Mulheres “Juana A Azurduy del barrio” (1987); Foi co-fundadora da “Casa da mulher de Rosário”, impulsiona a organização autônoma de mulheres nos distintos âmbitos; Forma parte do movimento social de mulheres e integrou as comissões organizadoras do 4º e no 18º Encontro Nacional de Mulheres, realizados em Rosário. Participou da organização do 4º Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe em 1990.</p>	<p>Fortalecimento Institucional das Organizações Comunitárias e Diversas Experiências de Grupo e Organizativas internamente e em suas relações com o Estado, Construção e Incentivo de Redes, grupos e organizações, que constituem um elemento fundamental para potenciar as ações a favor dos pobres e excluídos. Programa Organizações Comunitárias e Cidadania/ Escolas de Cidadania; Espaço Freire Programa de Promoção da Educação Popular; Programa Articulação de Agentes Pastorais; Educação; Programa de defesa e construção do direito à Educação; Espaço NOA: Programa de Articulação Territorial de Agentes e Organizações Sociais; Programa de Ações e Iniciativas sobre temáticas emergentes; Programa Desenvolvimento de Recursos de Comunicação; Programa de Publicações; Programa de realização de Eventos públicos e encontros ecumênicos; Programa de formação permanente e capacitação de equipes e colaboradores.</p>	<p>Atividades e experiência de organização: o plano trienal que se traduz em programas que correspondem a três eixos temáticos: Trabalho e Cidadania; Educação e Cidadania; Mulher e Cidadania. Estes programas são realizados de forma integrada em quatro áreas geográficas, que tem como foco articulador cinco linhas de ação: Formação de formadores; Fortalecimento de organizações sociais; Economia Solidária; Desenvolvimento Local Comunitário Políticas Públicas.</p>

Relação com o Estado e com outras associações políticas	Organizações sociais e pessoas a partir de acordos básicos; Integra a rede nacional “Amaye”, espaço da organização social no Programa Mercosul Social e Solidário junto a 18 organizações da região; integra o Conselho Acessor da Área mulher da Secretaria de Promoção Social do município de Rosário. Participou ativamente na reforma da Constituição Nacional (1994). Elaboração da Regulamentação da Lei de Violência Familiar.		
Financiamento			

ONG's Características	CETRAC – Brasil	POLIS – Brasil	ECO – Chile
Identificação	O Centro de Ação Cultural é uma entidade da sociedade civil, que se define como uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1986 e sediada na cidade de Campina Grande, Paraíba.	É uma ONG constituída como sociedade civil sem fins de lucro. É reconhecido como entidade de utilidade pública pela lei Estadual nº 8879, de 08/09/1994. Fundado em 1987, a cidadania, como luta e conquista, e o fator articulador da intervenção são dirigidos à construção de cidades democráticas e sustentáveis.	ECO é uma sociedade sem fins de lucro, fundada em 1980 na cidade de Santiago de Chile. É uma ONG de formação e investigação no âmbito da Educação Popular, da Memória e da História Popular chilena, das Comunicações de base e do meio Ambiente.
Objetivos	Contribuir para a formação de uma cultura cidadã, com ênfase nas políticas públicas; Capacitar os cidadãos para a participação no processo orçamentário; Contribuir para o fortalecimento de	Atuar no campo das políticas públicas e no desenvolvimento local.	

	processos de fiscalização do uso dos recursos públicos; Fomentar processos de advocacia e lobby; Contribuir para a formação de redes e Fóruns de discussão/acompanhamento do Orçamento Público.		
Âmbito de Ação	Nacional	Nacional	Nacional
População Alvo	Delegados e Conselheiros do Orçamento Participativo; Jovens da Pastoral da Juventude do Meio Popular; Fórum em Defesa da cidadania; Lideranças dos municípios; Grupo Cidadania de Participação Popular; Lideranças populares do município; Outras Organizações e Movimentos Sociais.	Sociedade Civil	Grupos de cultura popular, associações de jovens, comunidades cristãs, grupos de Defesa dos Direitos Humanos como também a profissionais vinculados ao trabalho social.
Áreas ou Programas de Atuação	Cidadania e participação popular; Garantias legais de participação popular; Orçamento público e planejamento; Legislação orçamentária; Sistema orçamentário brasileiro; Políticas públicas de inclusão social; Democratização da gestão pública; Controle social da gestão pública; Fundos Públicos de políticas sociais; Também oferece cursos, oficinas e seminários temáticos para grupos específicos, além de prestar assessoria, quando solicitado, a diversos movimentos e organizações.	Pobreza e Desenvolvimento Local; gestão Municipal e Participação Popular; Sustento, Cultura e Qualidade de Vida. Estudos e investigações, formação, assessoria, intervenção no debate público. Desenvolve análise de questões urbanas, políticas públicas e experiências inovadoras. Edita uma revista trimestral de distribuição nacional (agora em seu 34º número) e dois boletins especializados. Realiza oficinas (<i>workshops</i>), cursos e seminários nas áreas de sua especialização, sempre associado a entidades da sociedade civil/ governos locais na perspectiva de reforço de seu trabalho.	Educação popular; Comunicação popular alternativa e de Apoio teológico a Comunidades Cristãs de Base. Sob o regime militar no Chile, ECO através destes programas, prestou serviços educativos a diversas organizações de base.
Relação com o Estado e com outras associações	ABONG; Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Fórum Nacional de Participação Popular – FNPP; Fórum Nordeste de Participação		É sócio do Conselho de Educação de Adultos para América Latina (CEAAL), da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), da Associação

políticas	Popular – FNPP/NE; Fórum Orçamento Brasil – FBO; Articulação Estadual de Políticas Públicas – AEPP; Articulação do Semi-árido Paraibano – ASA/PB; Programa Mercosul Social e Solidário; Consejo de Educacion de Adultos de America Latina – CEAAL.		Mundial de Comunicadores Cristãos (WACC). E a nível nacional, é sócio da Associação Gremial de ONG's chilenas, ACCION. Mantém relações de cooperação e intercâmbio com CCFD desde meados dos anos 80, no âmbito da formação de líderes sociais e de comunidades.
Financiamento	Agências internacionais: CORDAID (Holanda), Comitê Católico Contra a Fome .- Desenvolvimento-CCFD (França), Desenvolvimento e Paz-D&P (Canadá) e -MISEREOR (Alemanha).		

ONG's	PET – Chile	CDE – Paraguai	DECIDAMOS – Paraguai
Características			
Identificação	O Programa de Economia do trabalho, em seus desafios estratégicos integra o fortalecimento da capacidade de investigação-ação; o desenvolvimento da cidadania e as capacidades críticas e de propostas dos atores sócio-trabalhistas, o fortalecimento das Redes sociais e institucionais, a contribuição ao desenvolvimento local e a gestão participativa e ao diálogo e interlocução crítica e de propostas da sociedade civil com o setor público.	O Centro de Documentação e Estudos é uma instituição Não Governamental sem fins lucrativos, dedicada à documentação, investigação e informação no campo das ciências sociais. Foi fundado como tal em 1985 e reconhecido juridicamente em 1988. O CDE conseguiu reconstruir o espaço de liberdade intelectual e educação participativa (após a ditadura) e o tem ampliado através da produção de dados próprios e sua contribuição à recuperação da legitimidade para instituições de investigação em ciências sociais.	É uma Associação de ONG's que desenvolve Campanhas pela Expressão cidadã, com o propósito de promover os Direitos e as garantias da cidadania; sua participação nos governos e na vida pública; assim como sua formação crítica através da educação cívica. Sendo uma Associação civil sem fins de lucro, orienta seu trabalho na procura do desenvolvimento de valores que consolidem a democracia como processo político e social e se assenta sobre um panorama social que interpela um Estado de Direito.
Objetivos	Contribuir a um desenvolvimento justo, democrático e sustentável no país e na América Latina.	Informar e capacitar às organizações camponesas, sindicais e de mulheres, democratizando desse modo o acesso à	Defender os Direitos humanos; Fomentar a participação cidadã na gestão e controle das atividades e

		informação e à documentação e dando visibilidade às lutas e conquistas dos setores mencionados.	decisões governamentais; Contribuir para a formação de uma consciência crítica na cidadania sobre temas de caráter cívico, através da educação; Colaborar a nível nacional e internacional com instituições similares e desenvolver projetos, programas e acordos mútuos para a consecução de seus fins.
Âmbito de Ação	Local, regional e nacional.		Nacional e Internacional
População Alvo	Trabalhadores formais e informais	Organizações Campesinas, sindicais e de mulheres.	Comissões vizinhas, movimentos sociais, estudantes secundários.
Áreas ou Programas de Atuação	Programas de Assessoria e Capacitação; Diagnóstico atualizado e análise crítica da informação estatística emanada dos organismos oficiais; Realização de estudos localizados em setores econômicos para identificar seu impacto nas condições de trabalho e a situação do movimento sindical; Formação de dirigentes sindicais através do PECIS; Capacitação e Docência em temas vinculados ao trabalho.	Documentação e informação sobre mulheres; Investigação e produção de conhecimentos sobre a situação das mulheres e das relações de gênero no Paraguai; Investigação sobre a participação social, política e cultural das mulheres nas distintas etapas da história paraguaia; Formação e capacitação; Assessorias, apoios e consultorias; Difusão de trabalhos.	Cursos: assessoramento sobre temas relacionados com a participação cidadã na construção da democracia; Difusão massiva dos temas que trabalha; Decidamos através dos meios de comunicação. 1- Cultura democrática 2- Participação cidadã nos governos 3- Organização e participação juvenil 4- Desenvolvimento institucional

Relação com o Estado e com outras associações políticas	Sindicatos de Base; Organizações de trabalhadores temporários; Federações e Confederações; Centrais de trabalhadores; Oficinas trabalhistas; Microempresas; Associações Micro-empresariais; Cooperativas de trabalhadores; Organizações Sociais Territoriais de mulheres e jovens; Organizações Trabalhistas Indígenas; Funcionários Municipais; Instituições de Desenvolvimento Local; Instituições Meio-ambientais.	Campanha pela Expressão cidadã; DECIDAMOS; Coordenação de mulheres do Paraguai (CMP); Rede Rural: Coordenadora de Direitos Humanos do Paraguai (CODEHUPY); Câmara Paraguaia de Livreiros, Editores e Associados (CAPEL); Pojoaju Internacionais: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Articulação Feminista MERCOSUL (como integrante da CMP) Foro Conosur de mulheres Políticas, espaço Paraguai.	Convênios para a capacitação, Justiça Eleitoral, Secretaria da Função Pública, convites para painéis, informes, etc. Visitas às autoridades para incidências pontuais (orçamento público, etc.).
Financiamento			Agência de cooperação da Suécia França, Canadá, etc.

ONG's	SEPA – Paraguai	CCU – Uruguai	CPP – Uruguai
Características			
Identificação	O Serviço Ecumênico de Promoção Alternativa é uma entidade sem fins de lucro, com personalidade jurídica reconhecida pelo estado paraguaio; está registrado na Seção Pessoas Jurídicas e Associações, do Poder Judicial, com o N° 519 de 24 de Outubro de 1991 e o Registro Único do Contribuinte (RUC) N°. SEPJ917650B.	O Centro Cooperativista Uruguaio é uma associação civil sem fins de lucro, com inscrição jurídica reconhecida pelo estado uruguaio. Fundada em 1961, se define como uma ONG de promoção e desenvolvimento que tem alcance nacional e que trabalha em todo o país, em áreas urbanas e rurais, com grupos de população de escassos recursos, procurando melhorar sua qualidade de vida.	O Centro de Participação Popular é uma associação civil sem fins de lucro, plural e independente, com reconhecimento como pessoa jurídica desde 01 de outubro de 1987. Propõe seu trabalho como um apoio aos setores populares. Aposta, mediante sua estratégia institucional, na participação ativa da sociedade civil.
Objetivos		Apoiar a melhor a qualidade de vida, e a	Contribuir ao processo de

		participação ativa econômica e social dos setores da população com os quais trabalha.	desenvolvimento social; Contribuir ao fortalecimento das práticas democráticas; Promover, implementar e assessorar experiências autogestantes de base; Desenvolver investigações na área da autogestão social.
Âmbito de Ação	Local	Nacional	Nacional
População Alvo	Produtores rurais, mulheres artesãs, comunidades locais.	População de baixa renda	Setores Populares
Áreas ou Programas de Atuação	Na área rural da Cordillera, os clientes de SEPA são produtores com acesso a terra; realizam cultivos de auto-consumo e renda; Acedem a pequenos valores de crédito do CAH e recebem capacitação na linha de agricultura; Comitês de mulheres artesãs. Na área Urbana, conta com promotores comunitários de Saúde; serviços de assessoria a organizações sociais.	Assistência técnica e organizativa para a gestão; Capacitação, orientada a produzir impactos na condução social e econômica da experiência; Promoção de novos grupos e experiências, procurando alternativas para atacar os problemas enfrentados; Investigação, aplicada a temas emergentes da demanda social.	Autogestão comunitária; Pedagogia da autogestão; Empresas associativas.
Relação com o Estado e com outras associações políticas	É Membro da Associação Latino-americana de Organizações de Promoção Social, ALOP; Membro da Missão Urbana e Rural, América Latina, MUR-AL, Programa II, Conselho Mundial de Igrejas; mantém relações de cooperação com autoridades municipais da Área Metropolitana da Grande Assunção: Prefeitura de Lambaré, Fernando de la Mora e San Lorenzo. No Departamento de Paraguari, com a Prefeitura de Carapegua, integra o Conselho Assessor, órgão consultivo do	É Membro de organizações nacionais e internacionais: Associação Nacional de ONG (ANONG), Confederação Uruguaia de Entidades Cooperativas (CUDECOOP); Associação Latino-americana de Organizações de Promoção (ALOP); Associação Latino-americana de Centros de Educação Cooperativa (ALCECOOP), <i>Habitat</i> Internacional Coalition (HIC) e Aliança Cooperativa Internacional (ACI).	O CPP está relacionado a Redes institucionais. É Membro e sócio fundador da Associação Nacional de ONG's (ANONG) e de CEDEPRO, desde sua fundação até sua dissolução em fevereiro de 1997; atua na Comissão Assessora de Pymes da IMM, na Rede Uruguaia de ONG's ambientalistas; na Rede de Redes, na Intersectorial e na ADECA, Associação de entidades de capacitação.

	Conselho Nacional de Moradias, CONAVI.		
Financiamento	Agências internacionais Européias: Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento, da França; Desenvolvimento e Paz Canadá; Organização Intereclesial de Cooperação para o Desenvolvimento - Holanda; Misereor da Alemanha e EMW (Evangelisches Missionswerk) de Hamburgo, Alemanha. Recebe apoio do Fundo do Governo Vasco (Espanha); ganhou uma licitação de fundos públicos, na linha de terceirização dos Serviços do estado para o setor agrícola, Programa do Ministério de Agricultura e Pecuária, para a execução de um projeto de assistência técnica na localidade de General Resquín.	Efetua convênios a nível institucional com as Prefeituras, Cooperativas Produtoras, Sindicatos de trabalhadores; Universidade da República. Internacionalmente com o BID, União Européia, Agências de Cooperação e ONG's.	

Quadro 5 - Perfil das ONG's Integrantes do Programa Mercosul Social Solidário

Fonte: Programa Mercosul Social Solidário/ ONG' 2008.

Sistematização: Eglê Ronsoni, Florianópolis.⁷

⁷ Os espaços não preenchidos do quadro, referem-se as informações não fornecidas pelas referidas organizações.

3.2.1 PRINCIPAIS QUESTÕES EM DEBATE

O mapeamento do perfil e das propostas presentes na agenda do PMSS, e por consequência das organizações que fazem parte do programa, tem articulado as organizações da sociedade civil no debate da construção democrática e – embora o âmbito de atuação seja, na maioria dos casos, nacional e local – tem envolvido discussões da dimensão social no Mercosul e América Latina.

O PMSS com o intuito de trabalhar a dimensão social da integração regional, indica nos seus objetivos “favorecer e promover a articulação social a partir das organizações de base, mas também realiza um trabalho conjunto com outras iniciativas que estejam voltadas a implantar e dar visibilidade aos temas sociais no Mercosul”. (PROGRAMA MERCOSUL SOCIAL E SOLIDÁRIO, 2008). Para tanto, as organizações vêm desenvolvendo programas e projetos voltados à participação da sociedade civil em diferentes esferas.

De acordo com o levantamento realizado, é possível identificar que 38,8% das organizações dedicam-se às ações na área da formação política, enquanto 61,2 % alternam entre o campo da formação política e o campo da capacitação, acompanhamento e assessoria a vários movimentos, conforme ilustra o gráfico que segue:

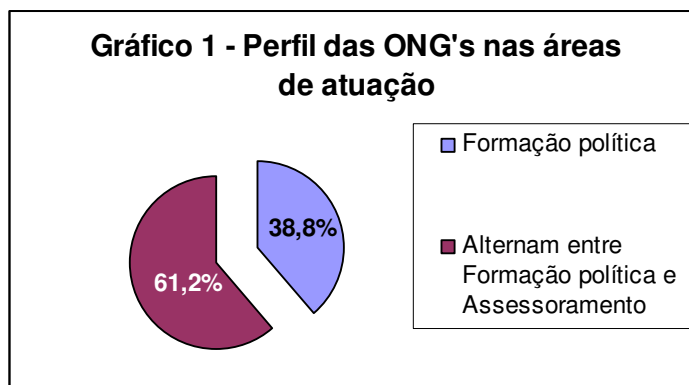


Gráfico 1 – Perfil das ONG's no que tange a Formação Política e Assessoramento.

Fonte: Programa Mercosul Social Solidário, 2008.

Sistematização: Eglê Ronsoni, Florianópolis.

Nessa atuação, destacam-se os programas trabalhados como: desenvolvimento local, ações educativas e de formação política, programas na área de gênero no campo e na cidade, construção democrática e participativa, direitos

humanos e sociais, reforma agrária, bem como o apoio a políticas específicas como: orçamento participativo e economia solidária.

Desse modo, consideramos os principais temas abordados pelo Programa e suas respectivas organizações.

3.2.1.1 Formação política e práticas democrático-participativas

A partir do quadro 4 é possível identificar que as ONG's, em sua maioria, têm como preocupações centrais o desenvolvimento de um trabalho de Formação Política e de Assessoria a grupos organizados. Tal afirmação pode ser observada a partir dos objetivos que identificam as práticas das ONG's, expressas através de temas como: práticas educativas, exercício de uma cidadania ativa capaz de abordar as problemáticas dos setores populares, articulação dos sujeitos sociais e políticos com o Estado, exercício pleno da cidadania e por conseqüência a concretização da democracia, articulações com atores do campo popular na construção de um Mercosul social e suas vinculações com a América Latina, fortalecimento do sistema democrático, formação de uma cultura cidadã, atuação no campo das políticas públicas e participação ativa de diferentes setores da população. Destacam-se nesse campo organizações com estruturas mais consolidadas e de expressão nacional como o Instituto Polis no Brasil, o Idep e o Centro Nueva Tierra na Argentina, a Eco no Chile, a Decidamos no Paraguai e a CPP no Uruguai.

Os temas abordados bem como os objetivos das organizações que fazem parte do programa ressaltam a preocupação com processo de construção democrática. Tal afirmação relaciona-se com que Raichelis afirma quando se refere a uma cultura democrática que fortaleça espaços de discussões como fóruns e o próprio sistema de capacitação e assessoramento que as organizações vêm se preocupando em oferecer. Esse entendimento de democratização traduz-se pela:

[...] ampliação dos fóruns de decisão política que, extrapolando os condutos tradicionais de representação, permite incorporar novos sujeitos sociais como protagonistas e contribui para consolidar e criar novos direitos. Implica a dialética entre conflito e consenso, de modo que os diferentes e múltiplos interesses possam ser qualificados e confrontados, daí resultando a interlocução pública capaz de acordos e entendimentos que orientam decisões coletivas (RAICHELIS, 2000, p. 43).

Nogueira (2004) identifica quatro tipos de participação: assistencialista, cooperativa, eleitoral e política.

A participação assistencialista, como sugere o próprio nome, possui uma natureza solidária ou filantrópica. Utilizada com o propósito de amenizar os conflitos, perpassa a ótica de otimizar os recursos com viés na qualidade de vida. Nesse modelo participativo, a organização de grupos sociais, bem como a consciência política, se conformam em uma escala de menor maturidade.

A participação corporativa “está dedicada à defesa de interesses específicos de determinados grupos sociais ou de categorias profissionais” (NOGUEIRA, 2004, p. 131). A participação nesse modelo restringe-se a um grupo de pessoas com objetivos particulares, e a conquista de seus interesses também se limita ao pequeno grupo.

A participação eleitoral se lança no campo político (diferente das duas acima citadas) embora apresente limites nessa projeção, pois está dependente dos atos de escolhas individuais, não aponta somente para o amparo de interesses particulares, mas possui intervenção direta na governabilidade e por conseqüência na relação com toda a coletividade e seus interesses, havendo, portanto, um conhecimento mais nítido do poder político e das alternativas para dar direção a tal poder, bem como para reformá-lo.

Por final, a participação política, “complementa e supera tanto a participação eleitoral, quanto a participação corporativa” (NOGUEIRA, 2004, p. 133). Tal participação se efetiva com vistas a atingir a sociedade como um todo, isto é, interferir no arranjo da vida social na sua totalidade. Sua prática tem a ver “tanto com a questão do poder e da dominação, como com a questão do consenso e da hegemonia”. Por intercessão desse modelo participativo:

Indivíduos e grupos interferem para fazer com que diferenças e interesses se explicitem num terreno comum organizado por leis e instituições, bem como para fazer com que o poder se democratize e seja compartilhado. É essa participação, em suma, que consolida, protege e dinamiza a cidadania e todos os variados direitos humanos (NOGUEIRA, 2004, p. 133).

A partir da análise que diferencia os modelos de participação e do estudo realizado sobre as organizações do PMSS, cabe ressaltar que as propostas e ações das ONG's caminham na direção da participação política. Embora muitas delas se encontrem no modelo de participação assistencialista, como as ONG's de cunho religioso, e outras estejam no processo transitivo entre modelo corporativo e o modelo eleitoral, as propostas tangenciam uma construção democrática e participativa.

Em específico nesse aspecto, comprova-se que 44,4% das ONG's possuem um perfil voltado á construção democrática participativa, ou seja, onde perpassam debates políticos, conforme mostra o gráfico 2:

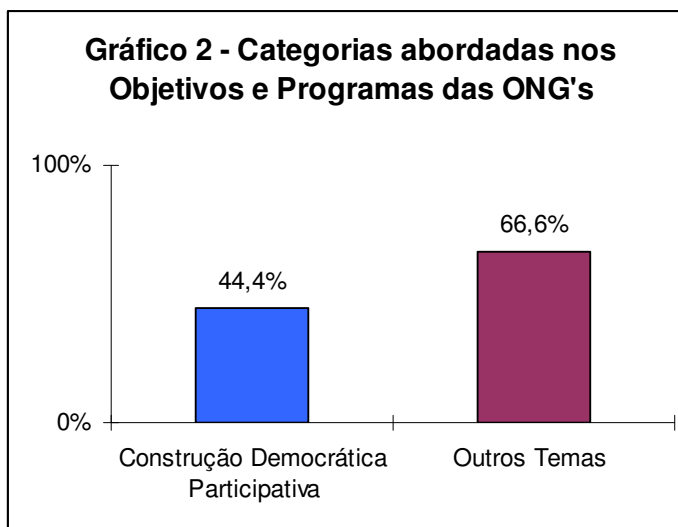


Gráfico 2 – Categorias abordadas nos Objetivos e Programas das ONG's
 Fonte: Programa Mercosul Social Solidário, 2008.
 Sistematização: Eglê Ronsoni, Florianópolis.

A formação política desses atores vem com objetivo de possibilitar a manifestação, o reconhecimento das demandas populares e o fortalecimento de canais não necessariamente institucionais na discussão pública de identidades e práticas socioculturais.

Observa-se que a preocupação com a formação política perpassa as bases locais e segmentos de classe, como: organizações camponesas, sindicais e de mulheres; trabalhadores rurais e urbanos, imigrantes, lideranças comunitárias, organização dos movimentos sociais, estudantes entre outros. Tal formação volta-se para uma atuação nacional e regional.

3.2.1.2 A defesa dos Direitos Humanos e Sociais

A partir do quadro também é possível identificar que as ONG's possuem preocupações com o fortalecimento de uma cultura de defesa dos direitos humanos e sociais, expressas nos programas e áreas em que atuam. Nesse aspecto, 50% das ONG's trazem para o debate, e possuem como diretriz de seus programas, a discussão sobre os Direitos sociais e Humanos.

O tema dos direitos humanos ganhou densidade com a intensificação do processo de globalização. Desde o final dos anos 1980 várias organizações internacionais vêm se dedicando ao tema e ampliando as possibilidades de interação entre os Estados nacionais. Dessa forma, várias ONG's têm se articulado no debate em defesa dos direitos humanos.

Essa perspectiva converge com o que afirma Nogueira (2004, p. 9, grifos no original) sobre direitos humanos:

Na marcha rumo à 'sociedade global', emergem novos espaços de produção de direitos que, no entanto, não gozam de garantias ou proteções consistentes, ficando na dependência da vontade política dos governantes, da dura luta dos interessados ou da ativação ético-política da sociedade civil.

Nesse sentido, identifica-se que os impactos do processo de globalização, se de um lado abrem novos espaços de debate sobre os direitos humanos, de outro enfraquecem a atuação dos Estados na proteção e garantia dos direitos sociais. O que se observa é que, na voz para os direitos humanos se coloca um plano mais abstrato não dependendo de recursos financeiros, estes acabam substituindo a preservação dos direitos sociais conquistados.

Sobre esse aspecto Netto (2008, p. 04) afirma que:

nenhuma defesa dos direitos humanos será eficaz se não explicitarmos, sem qualquer ambigüidade, que a vigência dos direitos humanos indissociável hoje da garantia dos direitos sociais que foram consagrados no terceiro terço do século XX. Divorciar direitos humanos de direitos sociais é capitular diante da barbárie contemporânea.

Além disso,

é preciso ter a mais clara consciência de que a concretização de direitos extrapola largamente a esfera jurídico-política. A consagração jurídico-política de um elenco de direitos é sempre importante para implementá-los – mas está longe de garanti-los, seja nos planos nacionais, seja no plano das interações transnacionais (NETTO, 2008, p.5).

Quando nos remetemos ao processo histórico da formação dos direitos humanos, pode-se recorrer à idéia de Marx (1975) que faz alusão à diferença entre direitos humanos e direitos sociais: “os chamados direitos humanos, ao contrário dos direitos do cidadão, nada mais são do que direitos do membro da sociedade burguesa, isto é, do homem separado do homem e da comunidade” (MARX, 1975, p. 30 *apud* BUSSING, 1997, p. 40). Essa identificação pode ser refletida no contexto atual de globalização neoliberal, pois tal conceituação de direitos recai sobre a responsabilidade do indivíduo, diminuindo a responsabilidade do Estado.

Assim, concordamos com a afirmação de Netto (2008) quando ele escreve que “nos últimos trinta anos, não se ‘globalizaram’ as práticas democráticas, os direitos sociais universais nem, muito menos, o acesso ampliado aos bens materiais e culturais” (NETTO, 2008 p. 2).

Esse desafio mostra-se presente nos projetos e áreas de atuação das organizações que fazem parte do PMSS. Suas perspectivas mostram uma direção que busca uma atuação não simplesmente no combate e redução da pobreza, mas sim em uma participação efetiva na construção dos direitos, através da contribuição na elaboração das políticas públicas, participação em fóruns consultivos, controle da gestão orçamentária e fiscalização dos recursos públicos.

A concepção de direitos humanos e sociais apresentados pelas ONG's no processo de integração regional também é vista na perspectiva que valoriza a cidadania. Embora tal processo se apresente com foco nas questões econômicas, as diretrizes que abordam os temas sociais refletem projetos sociais em construção. Essa preocupação em construir tais projetos é discutida em fóruns que resultaram em declarações cujo caminho segue na direção de ampliar os direitos, levando esse debate para a construção de uma Declaração dos Direitos Humanos do Mercosul (MERCOSUL, 2003, *apud* NOGUEIRA, 2008, p. 160).

Portanto, embora a efetivação desses projetos se apresente de maneira ainda muito reduzida, não se pode ignorar que há uma extensão e qualificação da cidadania (DRAIBE, 2006, *apud* NOGUEIRA, 2008, p. 164) que atrela tal qualificação

à ação dos movimentos da sociedade civil, incluindo os Fóruns Sociais Mundiais e outros movimentos, monitorados por ONG's contrárias ao processo de globalização [...] a inclusão e o alargamento da questão social se devem à inclusão de temas centrais do debate internacional, como a adesão ao Estado de Direito, da democracia e dos direitos humanos em um marco de desenvolvimento pautado na justiça e na equidade.

Nessa ótica, embora seja no plano normativo, identifica-se que a pressão da sociedade civil tem levado as questões de cunho social para o campo dos debates regionais.

3.2.1.3 Reforma agrária e movimentos camponeses

Apesar do tema reforma agrária estar presente nas discussões e debates realizados nos encontros promovidos pelo PMSS, apenas 16,6% das organizações que o integram possuem relação com essa temática em seus objetivos e programas.

A questão da reforma agrária é historicamente um tema bastante debatido, especialmente em relação ao Brasil e ao Paraguai.

No Paraguai, por exemplo,

cerca de 42% da população vive em zonas rurais e sobrevive exclusivamente da terra, da pequena agricultura. Um dos problemas mais graves é o da crise rural, da alta concentração de terras em poucas mãos e da enorme quantidade de agricultores sem propriedades (Agência Brasil, 2008).

O Paraguai também é um dos países com maior concentração de terra na América Latina, ficando acima do Brasil nesse *ranking*. "A desigualdade na distribuição de terra se evidencia nos dados: 1% da população concentra 77% das propriedades no campo", recorda o presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra (Reforma Agrária no Paraguai, 2008).

Atualmente, o quadro paraguaio na preocupação com a reforma agrária, apresenta-se como uma discussão que aflora nos debates do governo. Com a eleição de Fernando Lugo, foi anunciado pelo presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural e de Terras do Paraguai, Alberto Alderete, de que o presidente decidiu recuperar terras entregues ilegalmente a ex-funcionários e militares. Ele confirmou a intenção do presidente de avançar nas discussões sobre reforma agrária no país, "apesar das limitações" (Agência Brasil, 2008). Cabe ressaltar que os latifúndios pertencentes aos fazendeiros brasileiros que vivem hoje na fronteira comum entre os dois países também estão sendo reivindicados pelos movimentos sociais.

Alderete alega ainda que as terras paraguaias, nas últimas décadas, foram entregues à pessoas "que não deveriam ser beneficiadas", como políticos, militares, banqueiros, empresários e "todos os setores ligados ao poder" (Agência Brasil, 2008).

Nesse sentido, observa-se que as organizações integrantes do PMSS apresentam déficit na relação com esse debate, pois apenas três do total de dezoito colocam a questão da reforma agrária em suas pautas, e mesmo tais ONG's que trazem à tona essa temática, segundo as suas propostas, apresentam limites, pois não colocam a atual conjuntura vivenciada pelos países do Mercosul, atuando, em sua maioria, localmente. Mesmo assim, o tema se destaca como um dos pontos da agenda dos Encontros do PMSS, denotando a preocupação com a questão da terra nos países do Mercosul.

Em relação ao Brasil, a realidade não é diferente da do Paraguai. Contudo destaca-se a luta histórica desencadeada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST). Desde 1984 o MST tem como proposta não só atuar "na luta pela Reforma Agrária, mas pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana" (MST,2008).Em relação aos assentamentos e vitórias do movimento os dados indicam que já foram até 2004 1.649 assentamentos, o que resulta em 105.466 famílias assentadas (MST,2008). No

entanto, diante das metas estipuladas pelo governo identifica-se que não há prioridade do mesmo com essa questão, pois

entre 2003 e 2007 o governo Lula assentou apenas 163 mil famílias referentes à meta um - novos assentamentos. Portanto, cumpriu somente 30% da meta de 550 mil famílias que ele tinha prometido assentar. Não cumpriu também a meta dois que referia à regularização fundiária de 500 mil posses, pois regularizou apenas a situação de 113 mil famílias, ou seja, atingiu apenas 23% da meta. Entre os dados restantes estão 171 mil famílias referentes à reordenação fundiária, ou seja, a situação de regularização em assentamentos antigos (UMBELINO,2008).

Portanto, espera-se do governo uma maior responsabilidade frente tal tema, bem como um maior apoio ao movimento campestre, visto que os movimentos sociais, principalmente o movimento campestre, têm se colocado como uma luta emblemática no processo de resistência frente às políticas neoliberais. Atualmente, esses movimentos estão em uma nova fase de lutas, em processo de construção de novas organizações como a Via Campesina e de formação de militantes com capacidade para assumir os novos desafios. Dessa forma, intensificam as ações de resistência e as experiências alternativas tanto de poder popular, como de exercício de soberania e, inclusive, interagindo na relação com alguns governos que expressam de maneira contraditória os interesses no encaminhamento da reforma agrária (MST, 2008).

3.2.1.4 Apoio a políticas sociais específicas

As organizações articulam redes de apoio e incentivo a vários campos específicos de atuação. Essas se classificam com 22,2% das ONG's que compõem o PMSS, conforme indica o gráfico 3:

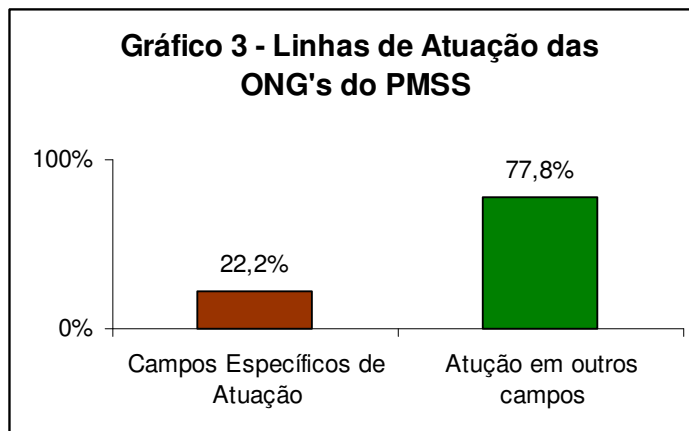


Gráfico 3 – Linhas de Atuação das ONG's do PMSS.
 Fonte: Programa Mercosul Social Solidário, 2008.
 Sistematização: Eglê Ronsoni, Florianópolis.

Entre os campos destacam-se os temas de orçamento participativo, gênero, saúde, moradia, economia solidária, apoio a organizações campestres do movimento campestre, pobreza, movimentos sociais urbanos, educação popular, entre outros.

Cabe ressaltar a importância de tais temas para o processo de integração e para a construção da democracia participativa. O Orçamento Participativo, por exemplo, nascido na realidade brasileira, apresenta-se como uma estratégia pertinente no processo de participação, visto que qualquer cidadão pode contribuir nas decisões sobre o orçamento público (ALBUQUERQUE E TEIXEIRA, 2006).

Diante de um contexto histórico marcado pelo autoritarismo na relação entre Estado e Sociedade Civil, o orçamento participativo surgiu como alternativa para praticar o controle público sobre o Estado. Porém para tal alcance se faz necessário o compartilhamento do poder entre sociedade civil e Estado, como bem afirmam Albuquerque e Teixeira (2006, p. 198):

Essas possibilidades não são dadas automaticamente. Para que se efetivem, é necessário que a sociedade civil tenha a capacidade de compartilhar o poder com o governo municipal de forma pública. Por outro lado, é necessário que o Estado se torne permeável a essa participação, que os governos eleitos admitam repartir com a sociedade civil o poder que receberam legitimamente pelo voto popular.

Pode-se verificar que o fortalecimento dessas experiências está na base das proposições e objetivos do Instituto Polis e das ONG's que atuam nos espaços urbanos.

Outro tema que aparece com preocupação nos programas e áreas de atuação das organizações que compõem o PMSS é a Economia Solidária. As didáticas de assessoramento que norteiam os debates sobre tal tema, não foram especificadas pelas organizações. No entanto, como esse é um tema elencado como prioridade nos encontros do PMSS, é importante salientar alguns termos desse debate.

Arruda (2003) alerta que o termo “economia” é freqüentemente utilizado apenas para designar acumulação de capital, mas possui um sentido muito maior que este. O autor reitera a origem grega da palavra economia, *oikonomos*, que significa “gestão da casa”, lembrando que a economia trata das diferentes formas de como a sociedade se organiza e utiliza os recursos na busca pela produção e reprodução da vida, considerando sempre o contexto histórico e sócio-cultural destas sociedades (ARRUDA, 2003, p. 226).

O autor afirma ainda que o termo “solidariedade” pode ser definido como uma “ligação indissolúvel entre elementos de um mesmo organismo ou sistema” (ARRUDA, 2003, p. 226), responsabilidade comum, fraternidade e corresponsabilidade, contrapondo-se ao conceito de individualismo.

Para Souza (2003) a solidariedade “é um fundamento ético que orienta a formação de redes e implica responsabilidade social e conciliação de interesses comunitários por meio da participação de atores e de organizações sociais” (SOUZA, 2003, p. 34).

Segundo Lisboa (2003) ao unirmos estas duas palavras, estabelecemos um paradoxo, revelando uma profunda complementaridade entre estes dois termos, fazendo com que “economia solidária” torne-se uma combinação surpreendente de palavras, pois “economia” está diretamente ligada ao campo da razão e do cálculo, enquanto a “solidariedade” está mais próxima da emoção e da sensibilidade do ser humano, ou seja:

Por combinar razão e sensibilidade, a economia solidária tanto é uma realidade quanto um conceito que necessariamente rompe com a racionalidade produtivista e utilitarista moderna e abre espaço para uma outra lógica societária e civilizatória, enfrentando problemas que não se reduzem aos aspectos econômicos, por mais importantes que estes sejam. Aqui se conjugam simultaneamente o social com o

econômico, o subjetivo com o objetivo, o estrutural com o pessoal, o masculino com o feminino (LISBOA, 2003, p. 9).

No entanto, Souza (2003) sublinha que o conceito de solidariedade muitas vezes se confunde com filantropia, caridade ou assistencialismo. Estas concepções da palavra “solidariedade” normalmente são utilizadas por entidades ou instituições que assistem comunidades carentes e principalmente por religiosos, políticos, empresários e ativistas de Organizações Não Governamentais.

Para Laville (1994) não se pode confundir economia solidária com meras compensações aos efeitos sociais da economia de mercado, afirmando ainda que:

Ao contrário do que pode levar a crer o encampamento da palavra solidariedade pelos promotores de certas ações caritativas, a economia solidária não é um sintoma da desregulação que quer substituir a ação pública pela caridade, nos levando a mais de um século atrás. Ela emana de ações coletivas que visam instaurar regulações internacionais e locais, completando as regulações nacionais ou suprimindo suas lacunas (...) A economia solidária busca uma democratização da economia articulando as dimensões da reciprocidade e redistribuição da solidariedade para reforçar a capacidade de resistência da sociedade à atomização social, acentuada pela monetarização e mercantilização da vida cotidiana. (LAVILLE, 1994, p. 47 *apud* Cunha, 2003, p. 58).

Desta maneira, observa-se uma crescente preocupação em distinguir as práticas assistencialistas e clientelistas das práticas de economia solidária. Esta última, ao contrário das primeiras, contribui significativamente para a autonomia de iniciativas populares (CUNHA, 2003, pp. 67-68).

Singer (2003), afirma que a economia solidária constitui-se como “uma resposta de parte da sociedade civil à crise das relações de trabalho e ao aumento da exclusão social” (SINGER, 2003, p. 7) e salienta ainda que a economia solidária:

condena o capitalismo, antes de tudo, a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito da propriedade proporciona ao dono dos meios de produção: todos que trabalham na empresa só podem fazê-lo por ato de vontade do capitalista, que pode demitir qualquer um tão logo sua vontade mude (SINGER, 2003 p. 7).

Mas talvez a melhor, ou pelo menos, a mais clara definição que temos sobre economia solidária foi a estabelecida pelo próprio Singer que a considera um:

conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva do capital e participação democrática [...] nas decisões dos membros da entidade promotora da atividade (SINGER, 2003, p. 7).

Essa parece ser a perspectiva mais próxima presente nas preocupações e objetivos do PMSS.

Além dos temas indicados, o debate sobre gênero também é discutido e se apresenta com bastante ênfase nas agendas e programas de atuação das organizações do PMSS. Identifica-se que a preocupação nessa perspectiva está voltada para um caráter participativo, junto a órgãos públicos na elaboração de políticas públicas e na articulação com os Movimentos de participação popular.

A discussão da questão de gênero, com viés nas políticas públicas, permite, assim como outras questões que perpassam as necessidades da sociedade, fomentar a articulação entre Estado e sociedade civil, bem como identificar em que medida iniciativas do Estado têm contribuído para modificar o padrão profundamente arraigado nas sociedades sobre essa questão.

Quando essas questões perpassam as políticas públicas, com participação de diferentes atores, há uma contribuição no sentido de pressionar para a construção de agendas, por meio de programas, diretrizes e normas federais que induzem e constroem a ação dos governos. Pensar tal questão nessa ótica significa também abertura de espaços para a presença de atores na construção do processo democrático.

Tal identificação foi possível nos programas estudados, sobretudo na área de combate à violência contra a mulher, em que a mobilização coletiva, foi responsável pela constituição de programas voltados ao exercício da cidadania e o respeito pelos direitos humanos.

Dagnino (1994) refere-se à dimensão da cidadania a partir de uma visão crítica que contempla as questões das diferenças e que seja articulada com o direito

à igualdade, principalmente no que se refere às questões relacionadas com a teoria feminista, para tal afirmação argumenta que é preciso uma:

visão historicizada da cidadania como estratégia [...] onde seria possível articular o direito à igualdade com o direito a diferença. Enquanto estratégia, o conteúdo da cidadania é sempre definido pela luta política e é, portanto capaz de incorporar dimensões da subjetividade, aspirações e desejos. (DAGNINO, 1994, p. 113).

Nesse sentido, nota-se que o debate sobre a cidadania está presente em praticamente todos os temas que discutem a democracia e a participação da sociedade, não se diferenciando assim, da questão de gênero que está inserida nos programas desenvolvidos pelas ONG's que se propõem a abordar tal tema.

A articulação e a abertura do processo de formulação e de implementação de políticas públicas, associadas à democratização, parecem favorecer uma maior permeabilidade das agências estatais às necessidades desse segmento. Essas diversas iniciativas mostram que há um reconhecimento da diversidade de gênero, passando a desenvolver ações que atendem a necessidades específicas e diferenciadas de mulheres, e por consequência da sociedade, visto que suas reivindicações se estendem para o campo universal.

Isso sugere que a consciência prévia da relevância da questão de gênero não é o único caminho para que essa dimensão seja integrada a programas governamentais, mas se apresenta como um dos caminhos que instigam e levam à participação.

Segundo as propostas e linhas de atuação dos programas que tratam dessa questão, é notório que a utilização do método (luta através de políticas públicas), para se colocar em debate a questão de gênero, possibilita que as políticas e programas:

Incorpore[m] a perspectiva de gênero de forma sistemática e generalizada, [...], associada a um processo incremental de transformação, em que os temas da agenda de gênero e algumas das abordagens propostas por movimentos e entidades de mulheres sejam incorporados, mesmo que de forma gradual (FARAH, 2008, p. 66 *apud* DAGNINO, 1994, p. 113).

Portanto, o debate sobre as questões de gênero, incorporado como necessidade coletiva, permite um desenvolvimento dessa questão que transcenda as discussões e intervenções pontuais, possibilitando a abertura de novos caminhos de participação.

Embora os documentos das organizações mostrem a questão de gênero, não tão vinculada à situação de pobreza, há outras organizações que têm como foco de sua intervenção esse aspecto.

Observou-se que as ONG's que têm como principal preocupação a questão da pobreza são as de cunho religioso, que possuem incorporado ao seu discurso "aprofundar a opção pelos pobres" (ONG CNT), e que "constituem um elemento fundamental para potencializar ações a favor dos pobres e excluídos" (CNT). Embora seja notável que tais organizações possuam articulação com o Estado, fica em maior evidência o caráter assistencialista por parte dessas organizações. As questões da pobreza e da desigualdade são, no entanto, temas que atravessam as propostas das ONG's, pois no âmbito geral do processo de integração regional

o reconhecimento de organismos nacionais e internacionais das conseqüências das medidas neoliberais sobre a situação de empobrecimento da América Latina e a constatação dos insatisfatórios resultados do Mercosul no desenvolvimento social tornou patente a exigência de tomar medidas mais efetivas para superá-las (NOGUEIRA, 2008, p. 158).

Diante desse contexto elaborou-se o "programa de fortalecimento do Mercosul" (2003) que visava à redução da pobreza e a ampliação das políticas sociais. Nesse programa, foram elaborados sete temas que abordavam as questões sociais, tendo como destaque o combate à condição de pobreza e as medidas para sua redução. Tais iniciativas, entretanto, não foram adiante, não sendo possível identificar ações que corroborem com o cumprimento dos objetivos (NOGUEIRA, 2008).

Observa-se pelo quadro diversas expressões da "questão social" trabalhada pelas organizações como: criança e adolescente, família, habitação e meio ambiente.

3.2.1.5 Relação com o Estado e com outros Sujeitos Políticos

As ONG's atuam, de modo geral, em âmbitos regionais e nacionais, alternando práticas locais, regionais, e internacional.

Quadro 5 - Âmbitos de Atuação das ONG's

Âmbito	L, R e N	L	L e R	R	N	L, R, N e I	NE
Porcentagem de ONG's	11,1%	16,6%	5,5%	11,1%	38,8%	5,5%	5,5%

Legenda: L: Local. N: Nacional, R: Regional, I: Internacional e NE: não especificou

Quadro 5 - Âmbitos de Atuação das ONG's

Fonte: Programa Mercosul Social Solidário, 2008.

Sistematização: Eglê Ronsoni, Florianópolis.

Da junção desses dados num panorama geral de atuação temos: 38,8% no âmbito Local, 33,3% no âmbito regional, 61,1% no âmbito nacional, 11,1% no âmbito Internacional e 5,5% não especificaram, conforme mostra Gráfico a baixo:

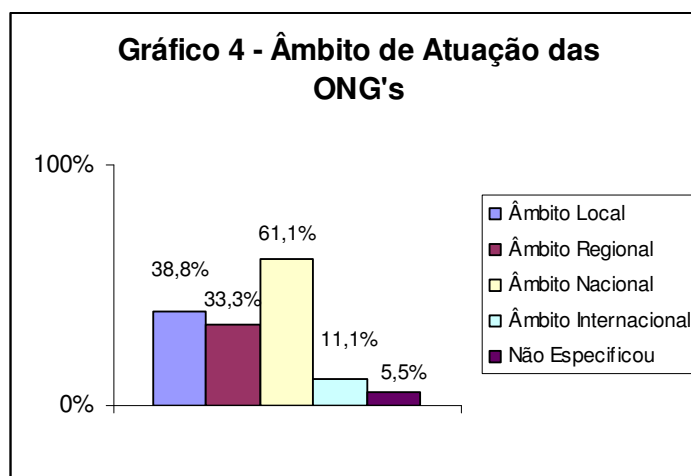


Gráfico 4 – Âmbito de Atuação das ONG's

Fonte: Programa Mercosul Social Solidário, 2008.

Sistematização: Eglê Ronsoni, Florianópolis.

No que se refere à relação com o Estado e outros sujeitos políticos pode-se destacar que 61,1% do total de organizações possuem articulação com outras instituições. Em tal relação, encontram-se órgãos como ministérios, secretarias, universidades, programas, fundações, outras ONG's, associações, sindicatos e conselhos. Para esse último podemos destacar a articulação da CDE com o

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO⁸, instituição internacional não governamental, criada em 1997 que tem como um de seus objetivos a produção e disseminação do conhecimento produzido por seus pesquisadores junto aos movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

O que se observa, no entanto, é a ausência de articulação com os sujeitos políticos tradicionalmente reconhecidos como representantes classistas como sindicatos e partidos políticos. Nesses termos vale ressaltar a análise de Nogueira (2003) sobre a atuação das organizações e movimentos sociais ativistas. Esses ao se apresentarem em âmbito supranacional, via de regra, também apresentam uma orientação supra-institucional.

Assim, prevalecem no debate “os bons valores” articulados em uma espécie de “universal abstrato”, excluindo-se os interesses diferenciados das classes sociais. Além disso, os vínculos estabelecidos com o Estado se caracterizam mais pela colaboração do que pelo contrato e pela disputa do poder. Há “muita disposição para o diálogo e a solidariedade” do que para o contrato de projetos de sociedades diferenciadas.

Nesse sentido, a construção de propostas mais orgânicas e de impacto, ainda carece de aprofundamento e ampliação para pensar em novas perspectivas de integração regional.

⁸ O CLACSO tem por objetivo, entre outros, a promoção e desenvolvimento da investigação e ensaio das ciências sociais; fortalecimento do intercâmbio e a cooperação entre instituições e investigadores de dentro e fora da região; e a adequada disseminação do conhecimento produzido pelos cientistas sociais entre as forças e movimentos sociais e as organizações da sociedade civil. Através dessas atividades o CLACSO contribui para a representação, numa perspectiva crítica e plural, da problemática integral das sociedades latino-americanas e caribenhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação da temática desenvolvida e realizada a partir dos principais documentos produzidos no âmbito do Mercosul, bem como a partir das informações disponibilizadas pelas organizações que integram o PMSS observadas suas limitações, permitiu identificar como vem ocorrendo a mobilização da sociedade civil na discussão da integração regional no Mercosul.

Através da realização desse estudo foi possível estabelecer a identidade das propostas do PMSS em direção ao fortalecimento da participação da sociedade civil. Desenvolvem ações de formação política direcionadas à defesa da cidadania, da democracia, dos direitos sociais e dos interesses das classes subalternas. Embora o tema Mercosul ainda aparece de forma periférica nas ações das diferentes ONG's, verifica-se uma preocupação do grupo diretivo do PMSS com a agenda social do Mercosul, no fortalecimento de uma proposta que visa redirecionar a centralidade econômica e comercial até o momento presente em tal bloco.

Assim, o estudo possibilitou ainda identificar que as discussões e temas abordados pelas ONG's componentes do PMSS vêm contribuindo, ainda que incipientemente, para o debate da agenda social do Mercosul. Muitas dessas ONG's têm edificado plataformas de ação que visam alterar as estruturas de desigualdade colocadas pelo processo de globalização do capital. Para Garcés (2006, p. 636), a experiência das organizações sociais integrantes do PMSS busca afirmar sua identidade mediante novas "formas de pensar e fazer política", recriando práticas solidárias do campo democrático-popular e buscando superar o déficit democrático ainda presente em toda a América Latina.

Deste modo, retomando os conceitos abrangidos na primeira seção desse trabalho e diante do levantamento do perfil das organizações que compõem o PMSS, pode-se apontar uma tentativa de aproximação entre as ditas organizações e a sociedade civil social, a qual Nogueira (2008, p. 195) define como uma sociedade civil que:

produz incentivos basicamente libertários e mobilizadores: movimentação permanente, autonomia, aquisição de direitos. Desse ponto de vista, é um campo de contestação ao sistema, mas não do governo do sistema. Nela podem se articular ações direcionadas para criar éticas alternativas, organizar redes e fóruns de resistência, ativar a cidadania mundial, pressionar e encurralar governos, postular novos modelos de políticas públicas, maior justiça social ou melhor distribuição de renda (entre grupos e entre nações).

Nessa ótica, a relação com o Estado pode ser de autonomia, isto é, dá-se numa esfera própria onde pode haver “muito agir comunicativo, muita disposição para o diálogo e a solidariedade” (NOGUEIRA, 2008, p.10), mas ainda não para um outro projeto de sociedade, de novas bases de unificação e unidade política.

Nesse sentido, as propostas de algumas dessas organizações tornam-se passíveis de críticas, pois verifica-se através do estudo que o tema Mercosul ainda se caracteriza como uma intenção, visto que há mais empenho no desenvolvimento de temas de caráter local e nacional do que preocupação com o desenvolvimento de uma cidadania supranacional. Além disso, o campo das ONG's é bastante contraditório, uma vez que envolve organizações de diferentes perspectivas e tendências.

A existência de inúmeras ONG's também tem sido objeto de crítica, dada a propagação indiscriminada de tais organizações e dos projetos por elas defendidos. Criadas a partir da idéia da filantropia e do voluntariado, têm promovido ações que, na maioria das vezes, acabam por substituir as funções estatais na regulação da “questão social”.

Contudo, é importante identificar no contexto do PMSS as organizações que têm articulado propostas no campo democrático-popular e em consonância com as demandas dos institutos representativos da classe trabalhadora no sentido de construir formas de resistência ao modelo neoliberal.

Dessa forma, torna-se necessário distinguir as organizações de perfil identificado com a construção democrática e participativa daquelas que se apresentam no campo da reprodução do sistema liberal. Tal diferenciação se mostra complexa na medida em que é difícil pensar na conquista do poder do bloco regional tendo em vista que ele é hegemonicamente composto pelas elites e pelos grandes grupos empresariais.

Por essa razão há de se pensar em qual modelo de organização não governamental são cabíveis as críticas e condenações de determinadas atuações. Essas críticas ganham fundamento e coerência à medida que as políticas sociais universais foram reduzidas e passaram a ser compartilhadas com as ONG's, entidades filantrópicas, comunitárias e empresas privadas, pertencentes ao chamado Terceiro Setor. Há de se considerar também nessa perspectiva a crítica feita às ONG's que possuem seus objetivos voltados ao esvaziamento das responsabilidades do Estado, assumindo o papel na solução de problemas não resolvidos por este.

A referência a esse tipo de organização fornece uma forma de participação que Nogueira (2004) classifica como assistencialista, a qual possui um caráter solidário ou filantrópico. Utilizada com o propósito de amenizar os conflitos, perpassa a ótica de otimizar os recursos com viés na qualidade de vida. Nesse modelo participativo, a organização de grupos sociais, bem como a consciência política, se conforma em uma escala de menor maturidade. Com isso, os movimentos e sujeitos integrantes da sociedade tornam-se subalternos às normas ditadas pelo sistema, comprometendo a autonomia e o protagonismo do sujeito no processo de construção da história.

Por outro lado, existem organizações que têm se preocupado com a participação efetiva. Nesse trabalho, embora com os limites apresentados pela pesquisa, houve a tentativa de identificar esses tipos de organizações no processo de integração regional. Foi observado que existem ONG's com propostas que objetivam a defesa da mobilização social, buscam reforçar o papel central exercido pelos grupos subalternos, incentivando a organização das camadas de classe que lutam pela alteração das relações sociais desiguais ainda presentes em boa parte da América Latina.

Porém, como já citado, os limites da pesquisa não possibilitaram a identificação nem da amplitude e tampouco da efetivação das propostas colocadas por essas organizações. Tais limites evidenciam-se na falta de meios para a constatação das práticas às quais teoricamente se propõem tais ONG's, já que o exame se caracteriza como uma pesquisa exploratória documental.

Em relação aos objetivos, pode-se dizer que os mesmos foram atingidos, especialmente quanto a identificação das ONG's que compõem o PMSS, suas agendas, objetivos e enfoque das ações. Os principais temas de destaque como

direitos humanos e sociais, ampliação da participação, defesa de políticas públicas universais, defesa de outro modelo de desenvolvimento, reforma agrária, dentre outros são comuns às agendas de outras organizações de caráter internacional e do movimento altermundista representado pelo Fórum Social Mundial. Dessa forma, também identificamos algumas respostas à questão de pesquisa, entendendo que, no conjunto, o PMSS tem buscado interferir na ampliação da agenda social do Mercosul. Isso se verifica também através da organização de Seminários e Encontros internacionais, na participação das Cúpulas do Mercosul e no encaminhamento das propostas em nível do parlamento. O hiato que ainda permanece é a ausência de articulação mais ampla com outros sujeitos coletivos como os sindicatos, os partidos políticos e os movimentos sociais. Além disso, é importante assinalar que novos debates e direcionamentos poderão surgir no âmbito da integração regional devido a atual crise do capitalismo cujas mudanças em curso colocam em xeque a ideologia neoliberal.

No processo de conclusão desse trabalho, considerando que se trata de uma pesquisa exploratória, várias questões permanecem em aberto, necessitando que novos eixos de pesquisa sejam suscitados. Nos limites de um TCC, faz-se necessário reconhecer as possibilidades que ele abriu, principalmente pelo exercício investigativo sobre temas fundamentais da profissão, sobretudo pelas leituras realizadas e pela experiência junto ao NESPP que, seguramente, contribuirão muito para as novas demandas colocadas ao Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e Documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

Agência Brasil. **Reforma Agrária no Paraguai**. 2008. disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/internacional/governo-do-paraguai-promete-avancar-em-discussoes-sobre-reforma-agraria>>. Acesso em fev. 2009.

ALOP, 2008. disponível em: <alop.or.cr/acerca/que_es/>. Acesso em nov.2008.

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo Alves. **Participação e controle da sociedade sobre políticas sociais no Cone Sul**. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Orgs). Democracia, Sociedade civil e Participação. Chapecó – SC: Argos, 2007.

_____, Maria do Carmo Alves; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. Orçamentos Participativos, partilha de poder e alcance democrático. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI (orgs). **A Disputa Pela Construção Democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.

AMIN, Samir. Capitalismo, imperialismo e mundialização. In: SEOANE, José; TADEI, Emilio (Orgs.). **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

AGUERRE, Maria Julia; BALBIS, Jorge; SARACHU, Juan José. **A sociedade Civil no MERCOSUL**: Guia de atores. Tradução: Paulo A. Baptista. Montevideu: Producción Gráfica, 2004.

ARRUDA, Marcos. **Humanizar o Supra-Humano. A formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária**. – Petrópolis: Vozes, 2003.

BORÓN, Atílio. A nova ordem imperial e como desmonta-lá. In: SEOANE, José; TADEI, Emilio (Orgs.). **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BRESSER, Luiz Carlos Pereira; GRAU, Nuria Cunil (orgs). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BUSSINGER, Vanda Valadão. **Fundamentos dos direitos humanos**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1997, n. 53 ano XVIII.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e socialismo**. (Coleção Polêmicas do nosso tempo) São Paulo: Cortez, 1992.

_____, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre o pensamento político**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1999.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Dimensões da Luta Política nas Práticas de Economia Solidária**. In: SOUZA, André Ricardo; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (Orgs.). *Uma Outra Economia é Possível: Paul Singer e a Economia Solidária*. São Paulo: Contexto, 2003.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI (orgs). **A Disputa Pela Construção Democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.

_____, Evelina. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania**. In: _____ (org.) Anos 90 Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DURIGUETO, Maria Lúcia. **Sociedade Civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XXVI – n.81. São Paulo: Cortez, 2005.

EVANGELISTA, ANA C. PIRES. **Perspectivas Sobre A “Sociedade Civil Global” No Estudo Das Relações Internacionais**. Tese de Mestrado. PUC - São Paulo, 2006.

GARCÈS, Mario; GIRALDEZ, Soraya; GOLDAR, Maria Rosa; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo; RILQUELME, Quintín; BURONI, Teresa (orgs). **Democracia y ciudadanía em el Mercosur**. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

KALDOR, Mary. **La Sociedad Civil global: una respuesta a la guerra**. Barcelona: Tusquets Editores, 2005.

LISBOA, Armando de Melo. *Economia Solidária, Economia Barroca: a emergência da socioeconomia solidária na América Ibérica*. – Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2003.

MERCOSUL. **Protocolo de Ouro Preto**. 1994 Disponível em: <<http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/index.htm>>. Acesso em: out. 2007.

MERCOSUL. **Tratado de Assunção**. 1991 Disponível em: <<http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/index.htm>>. Acesso em: out. 2007.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social**: critica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

Movimento Sem Terra. **Construindo a integração dos Povos**. 2008. disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6284>>. Acesso em jan. 2009.

Movimento Sem Terra. **Quem Somos**. 2008. disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4151>>. Acesso em jan. 2009.

NETTO, José Paulo. XIX Conferência Mundial da Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais. In: 19º Congresso Mundial de Serviço Social. Salvador, 2008. disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF04/jose_paulo_netto.pdf>. Acesso em dez. 2008.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização**. In: Continho, Nelson; Teixeira, Andréa de Paula (orgs). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Tendências analíticas sobre os direitos sociais. In: SIMIONATTO, Ivete; _____ (Orgs.). **Dilemas do MERCOSUL**: Reforma do Estado, direito à saúde e perspectivas da agenda social. Florianópolis: Lagoa Editora, 2004.

_____, Vera Maria Ribeiro. **Direitos e cidadania nos processos de integração regional: o caso Mercosul**. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; SANTOS, Silvana M. M.; MIOTO, Regina Célia Tamasso (orgs). Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

PROGRAMA SOMOS MERCOSUL. Disponível em:
<<http://www.somosmercosur.org/>>. Acesso em fev. 2008.

PROGRAMA MERCOSUL SOCIAL E SOLIDÁRIO. Disponível em:
<<http://www.mercosursocialsolidario.org/>>. Acesso em: março de 2008.

_____. **ONG:** Ação Educativa - Argentina. Disponível em:
<http://www.mercosursocialsolidario.org/www/index.php?option=com_content&task=view&id=8&Itemid=9&lang=pt/>. Acesso em: março de 2008.

_____. **ONG:** Canoa - Argentina. Disponível em:
<http://www.mercosursocialsolidario.org/www/index.php?option=com_content&task=view&id=9&Itemid=9&lang=pt/>. Acesso em: abril de 2008.

_____. **ONG:** CENEPP - Argentina. Disponível em:
<http://www.mercosursocialsolidario.org/www/index.php?option=com_content&task=view&id=10&Itemid=9&lang=pt/>. Acesso em: abril de 2008.

_____. **ONG:** FEC – Argentina. Disponível em:
<http://www.mercosursocialsolidario.org/www/index.php?option=com_content&task=view&id=11&Itemid=9&lang=pt/>. Acesso em: abril de 2008.

_____. **ONG:** IDEP – Argentina. Disponível em:
<http://www.mercosursocialsolidario.org/www/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=9&lang=pt/>. Acesso em: abril de 2008.

_____. **ONG:** INCUPO – Argentina. Disponível em:
<http://www.mercosursocialsolidario.org/www/index.php?option=com_content&task=view&id=13&Itemid=9&lang=pt/>. Acesso em: abril de 2008.

_____. **ONG:** INDESO – MUJER – Argentina. Disponível em:
<http://www.mercosursocialsolidario.org/www/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=9&lang=pt/>. Acesso em maio de 2008.

_____. **ONG:** NUEVA TERRA – Argentina. Disponível em:
<http://www.mercosursocialsolidario.org/www/index.php?option=com_content&task=view&id=15&Itemid=9&lang=pt/>. Acesso em: maio de 2008.

_____. **ONG:** CEDAC – Brasil. Disponível em:
<http://www.mercosursocialsolidario.org/www/index.php?option=com_content&task=view&id=32&Itemid=9&lang=pt/>. Acesso em: maio de 2008.

_____. **ONG:** CENTRAC – Brasil. Disponível em:
<http://www.mercosursocialsolidario.org/www/index.php?option=com_content&task=view&id=31&Itemid=9&lang=pt/>. Acesso em: maio de 2008.

_____. **ONG:** POLIS – Brasil. Disponível em:
<http://www.mercosursocialsolidario.org/www/index.php?option=com_content&task=view&id=33&Itemid=9&lang=pt/>. Acesso em maio de 2008.

_____. **ONG:** ECO – Chile. Disponível em:
<http://www.mercosursocialsolidario.org/www/index.php?option=com_content&task=view&id=35&Itemid=9&lang=pt/>. Acesso em maio de 2008.

_____. **ONG:** PET – Chile. Disponível em:
<http://www.mercosursocialsolidario.org/www/index.php?option=com_content&task=view&id=36&Itemid=9&lang=pt/>. Acesso em: junho de 2008.

_____. **ONG:** CDE – Paraguai. Disponível em:
<http://www.mercosursocialsolidario.org/www/index.php?option=com_content&task=view&id=37&Itemid=9&lang=pt/>. Acesso em: junho de 2008.

_____. **ONG:** DECIDAMOS – Paraguai. Disponível em:
<http://www.mercosursocialsolidario.org/www/index.php?option=com_content&task=view&id=38&Itemid=9&lang=pt/>. Acesso em junho de 2008.

_____. **ONG:** SEPA – Paraguai. Disponível em:
<http://www.mercosursocialsolidario.org/www/index.php?option=com_content&task=view&id=39&Itemid=9&lang=pt/>. Acesso em junho de 2008.

_____. **ONG:** CCU – Uruguai. Disponível em:
<http://www.mercosursocialsolidario.org/www/index.php?option=com_content&task=view&id=40&Itemid=9&lang=pt/>. Acesso em junho de 2008.

_____. **ONG:** CCP – Uruguai. Disponível em:
<http://www.mercosursocialsolidario.org/www/index.php?option=com_content&task=view&id=41&Itemid=9&lang=pt/>. Acesso em junho de 2008.

RAICHELIS, Raquel. **Esferas Públicas e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática.** São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura Souza (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SIMIONATTO, Ivete. Sociedade civil e participação democrática: sujeitos políticos, propostas e estratégias no âmbito do MERCOSUL. In: **Anais Simpósio de Saúde do Trabalhador e Proteção Social no contexto do MERCOSUL.** Porto Alegre, 2008.

SINGER, Paul. **A Secretaria Nacional de Economia Solidária.** In: BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. *Economia Solidária em Desenvolvimento.* – Brasília: MTE, SENAES, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem Fronteiras ações coletivas na era da globalização.** São Paulo: Hucitec, 1999.

SOUZA, André Ricardo; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (Orgs.). **Uma Outra Economia é Possível: Paul Singer e a Economia Solidária.** – São Paulo: Contexto: 2003.

SOUZA, André Ricardo. **Economia Solidária: um movimento nascente da crise do trabalho.** In: SOUZA, André Ricardo; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (Orgs.). *Uma Outra Economia é Possível: Paul Singer e a Economia Solidária.* – São Paulo: Contexto: 2003.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. **Identidades em Construção: as organizações não governamentais no processo brasileiro de democratização.** São Paulo: Annablume; Fapesp; Instituto Polis, 2003.

UMBELINO, Arioaldo. Reforma Agrária. MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6167>>. Acesso em fev.2009.